



**ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

---

## **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**31 de dezembro de 2011  
com Relatório dos Auditores  
Independentes**

**ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**  
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

(Em milhares de reais)

	Nota	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>01.01.2010</u>
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	6	39.365	29.972	26.598
Clientes	7	197.019	165.419	175.446
Tributos e contribuições sociais	8	6.029	5.521	11.927
Direito de ressarcimento	9	7.108	9.364	9.099
Almoxarifado	10	5.838	6.489	5.318
Outros	12	23.003	27.402	31.346
		<u>278.362</u>	<u>244.167</u>	<u>259.734</u>
<b>Não Circulante</b>				
<b>Realizável a Longo Prazo</b>				
Clientes	7	189.915	154.782	118.398
Tributos e contribuições sociais	8	4.782	4.060	2.072
Cauções e depósitos vinculados	11	33.344	32.062	32.474
Ativo financeiro - concessões de serviço público	13	429.452	360.289	283.607
Outros	12	3.804	4.336	3.534
		<u>661.297</u>	<u>555.529</u>	<u>440.085</u>
Investimentos		168	168	168
Intangível	14	50.750	62.218	69.662
Imobilizado	15	24.243	23.977	17.676
		<u>736.458</u>	<u>641.892</u>	<u>527.591</u>
<b>Total do Ativo</b>		<b><u>1.014.820</u></b>	<b><u>886.059</u></b>	<b><u>787.325</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**  
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

(Em milhares de reais)

	Nota	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>01.01.2010</u>
<b>Passivo e Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)</b>				
<b>Circulante</b>				
Financiamentos e empréstimos	16	127.541	70.884	7.512
Fornecedores	17	78.718	90.825	72.045
Tributos e contribuições sociais	18	36.569	35.191	37.103
Obrigações estimadas	19	11.291	10.238	9.137
Obrigações de ressarcimento	20	30.311	25.861	19.532
Benefício pós-emprego	21	20.084	20.260	21.580
Encargos setoriais	22	11.536	7.274	2.376
Pesquisa e desenvolvimento	23	10.514	11.043	26.320
Outros	25	22.993	22.914	26.761
		<u>349.557</u>	<u>294.490</u>	<u>222.366</u>
<b>Não Circulante</b>				
Financiamentos e empréstimos	16	225.731	186.336	147.823
Provisão para contingências	24	86.880	77.088	64.636
Adiantamentos para futuro aumento de capital	26	97.354	7.485	525.484
Benefício pós-emprego	21	12.258	14.084	15.311
Pesquisa e desenvolvimento	23	10.781	20.511	3.404
Tributos e contribuições sociais	18	10.599	12.889	15.307
Outros	25	4.286	4.285	4.297
		<u>447.889</u>	<u>322.678</u>	<u>776.262</u>
<b>Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)</b>				
Capital social	27	525.484	525.484	218.393
Prejuízos acumulados		(287.084)	(241.783)	(416.055)
Outros resultados abrangentes		(21.026)	(14.810)	(13.641)
		<u>217.374</u>	<u>268.891</u>	<u>(211.303)</u>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)</b>		<b><u>1.014.820</u></b>	<b><u>886.059</u></b>	<b><u>787.325</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**  
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	29	752.797	705.997
<b>Custo Operacional</b>			
<b>Custo com Energia Elétrica</b>	31		
Energia elétrica comprada para revenda		(376.468)	(342.332)
Encargos de uso do sistema de transmissão		<u>(46.060)</u>	<u>(44.324)</u>
		<u>(422.528)</u>	<u>(386.656)</u>
<b>Custo de Operação</b>	32		
Pessoal, material e serviços de terceiros		(152.909)	(136.274)
Depreciação e amortização		(14.444)	(14.941)
Outros		<u>(8.429)</u>	<u>(8.450)</u>
		<u>(175.782)</u>	<u>(159.665)</u>
<b>Custo de Construção</b>	29	<u>(67.885)</u>	<u>(60.669)</u>
<b>Lucro Bruto</b>		86.602	99.007
<b>Despesas Operacionais</b>	33	<u>(149.871)</u>	<u>(149.940)</u>
<b>Prejuízo do Serviço de Energia Elétrica</b>		<u>(63.269)</u>	<u>(50.933)</u>
<b>Resultado Financeiro</b>	35	<u>17.968</u>	<u>6.812</u>
<b>Prejuízo do Exercício</b>		<u>(45.301)</u>	<u>(44.121)</u>
<b>Prejuízo básico e diluído por ação</b>			
Ordinárias	28	<u>(0,09)</u>	<u>(0,08)</u>
Preferenciais		<u>(0,09)</u>	<u>(0,09)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

---

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<b>Prejuízo do exercício</b>	(45.301)	(44.121)
<b>Outros componentes do resultado abrangente</b>		
Perda atuarial com benefício pós-emprego	<u>(6.216)</u>	<u>(1.169)</u>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<u><b>(51.517)</b></u>	<u><b>(45.290)</b></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**  
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)**  
 (Em milhares de reais)

	<b>Capital Social</b>	<b>Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Em 1º de janeiro de 2010</b>	<b>218.393</b>	<b>(373.086)</b>	<b>(50.683)</b>	<b>(205.376)</b>
Ajustes de exercícios anteriores (Nota 3.28)		(42.969)	37.042	(5.927)
<b>Saldo de abertura ajustado</b>	<b>218.393</b>	<b>(416.055)</b>	<b>(13.641)</b>	<b>(211.303)</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>				
Prejuízo do exercício		(44.121)		(44.121)
Perda atuarial com benefício pós-emprego			(1.169)	(1.169)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>(44.121)</b>	<b>(1.169)</b>	<b>(45.290)</b>
<b>Contribuição dos acionistas</b>				
Absorção de prejuízo acumulados através de redução de capital	(218.393)	218.393		
Aumento de capital	525.484			525.484
<b>Total da contribuição dos acionistas</b>	<b>307.091</b>	<b>218.393</b>		<b>525.484</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>525.484</b>	<b>(241.783)</b>	<b>(14.810)</b>	<b>268.891</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>				
Prejuízo do exercício		(45.301)		(45.301)
Perda atuarial com benefício pós-emprego			(6.216)	(6.216)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>(45.301)</b>	<b>(6.216)</b>	<b>(51.517)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>525.484</b>	<b>(287.084)</b>	<b>(21.026)</b>	<b>217.374</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**  
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Caixa gerado (usado) nas atividades operacionais	(86.430)	2.585
Amortização de benefício pós-emprego	(5.026)	(1.613)
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(963)
<b>Caixa gerado (usado) nas atividades operacionais</b>	<b><u>(91.456)</u></b>	<b><u>9</u></b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de imobilizado	(768)	(6.806)
Aquisição de ativo financeiro - concessões de serviço público	(69.163)	(76.682)
Aquisição de intangível	(2.568)	(5.384)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>	<b><u>(72.499)</u></b>	<b><u>(88.872)</u></b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Ingressos de empréstimos	114.144	121.406
Adiantamento para futuro aumento de capital	89.000	
Amortização do principal de financiamentos e empréstimos	(23.873)	(23.594)
Amortização de encargos financeiros de financiamento e	(5.923)	(5.575)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</b>	<b><u>173.348</u></b>	<b><u>92.237</u></b>
<b>Redução no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>9.393</u></b>	<b><u>3.374</u></b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	29.972	26.598
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>39.365</u>	<u>29.972</u>
	<b><u>9.393</u></b>	<b><u>3.374</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**  
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<b>Receitas</b>		
Receitas operacionais	1.049.667	963.410
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	(28.903)	(39.949)
Outras	(3.205)	(417)
	<u>1.017.559</u>	<u>923.044</u>
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>		
Custo com energia	(422.528)	(386.656)
Custo de construção	(67.885)	(60.669)
Serviços de terceiros	(76.725)	(62.813)
Material	(2.662)	(3.505)
Outros custos operacionais	(31.849)	(42.414)
	<u>(601.649)</u>	<u>(556.057)</u>
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	415.910	366.987
Depreciação e amortização	<u>(15.446)</u>	<u>(15.793)</u>
<b>Valor Adicionado Líquido Gerado</b>	400.464	351.194
Receitas Financeiras	<u>69.003</u>	<u>61.441</u>
<b>Valor Adicionado Total</b>	<u><b>469.467</b></u>	<u><b>412.635</b></u>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>		
Pessoal e encargos	141.725	123.229
Impostos, taxas e contribuições	318.593	275.632
Juros e demais encargos financeiros	51.035	54.629
Arrendamentos e aluguéis	3.415	3.266
Prejuízo do exercício	<u>(45.301)</u>	<u>(44.121)</u>
<b>Valor Adicionado Distribuído</b>	<u><b>469.467</b></u>	<u><b>412.635</b></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS ("ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS" ou "Companhia"), sociedade por ações de economia mista, domiciliada na Avenida Fernandes Lima, 3349 – Farol, Maceió/AL, e, controlada pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, que detém 100% do seu capital social, é uma concessionária de serviço público de energia elétrica de capital fechado.

Seu objetivo é projetar, construir e explorar o serviço público de distribuição aos consumidores finais de energia elétrica, bem como a geração de energia elétrica em sistema isolado, assim como serviços que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito e atividades associadas ao serviço público de energia, prestar serviços técnicos de sua especialidade e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, órgão vinculado ao Ministério de Minas e Energia – MME.

Para cumprir com as obrigações operacionais e administrativas, a Companhia conta com 1.339 empregados (1.231 em 31.12.2010), para atender a aproximadamente 914.693 consumidores (877.256 em 31.12.2010).

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia. A administração da Companhia objetivando a melhoria dos resultados vem dando sequência às ações de implantação de ferramentas de gestão que visam a modernização e a redução de custos. Foi iniciado o Gerenciamento por Diretrizes, com reuniões mensais entre a Diretoria e as principais áreas de atuação da empresa, onde são acompanhados os principais indicadores de desempenho e seu alinhamento às metas empresariais, garantindo o ciclo do PDCA – Plan, Do, Check, Act (planejar, executar, verificar e agir). Para o ano de 2012, foi realizado planejamento estratégico com definição e priorização dos projetos de acordo com a sua relevância e resultados esperados (TIR, VPL e PAYBACK). Encontra-se em fase de elaboração o Planejamento Estratégico 2013, que terá como desafio principal interligar o Sistema de Gestão e Desempenho ao Contrato de Metas de Desempenho Operacional. Outras medidas visando a melhoria dos resultados da empresa vêm sendo tratadas, tais como intensificação das ações de combate a inadimplência, redução de despesas operacionais, e redução de perdas com destaque aos investimento do Projeto Energia + cujo objetivo é de elaborar e implementar um plano de ação e de investimentos com recursos do financiamento através do BIRD para Eletrobras com custos diferenciados.

Dentro das Novas Regras de Governança consta o Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE, que reporta desafios nas seguintes dimensões: econômico-financeira, operacional, e socioambiental. Nele estão estabelecidos metas e resultados objetivando maior eficiência, robustez e rentabilidade financeira, bem com as condições de acompanhamento e monitoramento a vigorar até 31 de dezembro de 2014:

- Consolidação da gestão integrada e realização do saneamento e equilíbrio econômico financeiro;
- Aumento da eficácia e eficiência operacional, melhoria da qualidade dos serviços, redução das perdas de energia e inadimplência;
- Modernização da estrutura organizacional e sistema de gestão, melhoria e integração dos processos administrativos, capacitação e profissionalização do quadro gerencial e técnico-administrativo das empresas

Durante o exercício de 2011, a Companhia efetuou diversos contratos de empréstimos para cobertura de déficit operacional com a sua holding Eletrobras, conforme descrito na Nota 16 e espera para o próximo exercício melhorar o fluxo de caixa de suas operações.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**em 31 de dezembro de 2011**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 27 de março de 2012.

## **2. CONCESSÕES**

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado de Alagoas junto a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL mediante o Contrato de Concessão nº 07/2001-ANEEL, e termos aditivos celebrados, respectivamente, em 15 de maio de 2005 e em 8 de junho de 2009, com vigência até 7 de julho de 2015.

<b>Concessão</b>	<b>Municípios</b>	<b>Período de Concessão</b>
Distribuição	102	02/2001 a 07/07/2015

## **3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário.

### **3.1 – Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração da Companhia para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano (Nota 4).

### **a) Mudança nas políticas contábeis e divulgações**

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011. Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs/IFRS vigente a partir de 2011 que poderiam ter um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**em 31 de dezembro de 2011**

**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

**3.2 – Conversão de moeda estrangeira**

**a) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua.

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

**b) Transações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos nas demonstrações do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionadas com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração de resultado como receita ou despesa financeira.

**3.3 – Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata e sujeito a risco insignificante de mudança de valor, classificadas como empréstimos e recebíveis, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

**3.4 – Ativos financeiros**

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

**a) Ativo financeiro a valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, clientes, ativo financeiro - concessão de serviço público, cauções e depósitos vinculados e outras contas a receber.

**b) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Companhia compreendem "Clientes e demais contas a receber" (Notas 7 e 12) e "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 6).

Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

### **c) Impairment de ativos financeiros**

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidências objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros esta deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda!") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

#### **3.5 – Clientes**

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia elétrica faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

As contas a receber de clientes e outros estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida com base em estimativas da administração em valor considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas.

Os principais critérios definidos pela Companhia estão demonstrados na Nota 7, item 3.

#### **3.6 – Almoxarifado**

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo), estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração da Companhia.

#### **3.7 – Ativo financeiro – concessões do serviço público**

Refere-se a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de concessão. Essa parcela de infra-estrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado custo de capital regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa aos clientes.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**em 31 de dezembro de 2011**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

**3.8 – Intangível**

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado).

A vida útil-econômica dos bens é estabelecida pela ANEEL, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável. A Companhia calcula e contabiliza as quotas de amortização com aplicação das taxas respeitando a vida útil estimada de cada bem, integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infra-estrutura de distribuição limitado ao prazo de concessão.

Os novos ativos são registrados inicialmente no ativo intangível, mensurados pelo custo de aquisição. Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre ativo financeiro e intangível.

**3.9 – Imobilizado**

É avaliado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável. As depreciações são calculadas pelo método linear de acordo com as taxas fixadas pela ANEEL.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações	25-40
Máquinas	10-15
Veículos	3-5
Móveis, utensílios e equipamentos	3-8

Em função da adoção da Orientação Técnica OCPC 01, os valores registrados como ativo imobilizado referem-se basicamente a bens de uso administrativo. Os demais ativos geradores de receita e vinculados a concessão foram reclassificados para ativos financeiros e intangíveis.

**3.10 – Outros investimentos**

Representam investimentos em bens imóveis, ações e quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

**3.11 – Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **3.12 – Financiamentos e empréstimos**

As obrigações em moeda nacional são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, nesse caso o ativo intangível correspondente ao direito de uso da infra-estrutura para a prestação do serviço público, estão incluídos no custo do intangível em curso até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, conforme CPC 04 – Ativo Intangível e CPC 20 – Custos de Empréstimos.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

### **3.13 – Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são reconhecidas pelo valor justo.

### **3.14 – Provisões**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

#### **a) Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais**

As provisões judiciais são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável, que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de Tribunais.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **3.15 – Benefícios pós-emprego**

A Companhia instituiu e patrocina a Fundação CEAL de Assistência Social e Previdência (FACEAL), caracterizada como uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), para a administração dos programas de benefícios pós-emprego, relativos a complementações previdenciárias.

A Companhia tem planos de benefício definido e, também, de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores como idade, tempo de serviço e remuneração.

Neste regime, as contribuições destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a data da sua admissão no plano, bem como para amortização dos benefícios relativos ao tempo anterior de serviço.

Os benefícios previdenciários concedidos pela FACEAL são:

- Suplementação de aposentadoria por invalidez
- Suplementação de aposentadoria por tempo de serviço
- Suplementação de aposentadoria por idade
- Suplementação de pensão por morte
- Suplementação de aposentadoria especial e de ex-combatente
- Suplementação de abono anual

Esses benefícios são garantidos através de dois planos: o primeiro, mais antigo, tem a característica de Plano de Benefício Definido – BD, que garante renda vitalícia aos beneficiários. O outro, com a característica de Plano de Contribuição Definida – CD, implantado a partir de 2008, garante rendas por prazos definidos de acordo com a capitalização ocorrida no período de atividade.

Quanto ao programa diretamente gerenciado pela Companhia em benefício de antigos empregados não beneficiários da FACEAL, há a concessão de um pecúlio por morte e a cobertura de gastos com assistência médica, envolvendo uma população fechada.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em "Outros Resultados Abrangentes" durante o período esperado de serviço remanescente dos funcionários.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

### **3.16 – Participação nos lucros**

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas.

### **3.17 – Capital Social**

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. A Eletrobras é acionista majoritária da Companhia.

### **3.18 – Lucro por ação**

O lucro por ação é calculado considerando o número médio ponderado de ações ordinárias em vigor durante o ano, de acordo com o pronunciamento CPC 41.

### **3.19 – Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)**

Adiantamento de recursos recebidos do acionista controlador e destinados a capital, concedidos em caráter irrevogável. São classificados como passivo exigível não circulante e reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente atualizados pela taxa SELIC (Nota 26).

### **3.20 – Encargos setoriais**

Os encargos setoriais são definidos em legislação específica e suas quotas são fixadas pela ANEEL.

#### **a) Reserva Global de Reversão (RGR)**

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

#### **b) Conta de Consumo de Combustível (CCC)**

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas; e subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.



**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**em 31 de dezembro de 2011**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**c) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)**

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

**d) Programas de Eficientização Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)**

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

**e) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)**

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

**f) Encargo do Serviço do Sistema (ESS)**

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

**3.21 –Imposto de renda e contribuição social**

A receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica está sujeita a impostos, taxas e contribuições que são apresentados como deduções da receita bruta na demonstração do resultado. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

**3.22 –Ajuste a valor presente de ativos e passivo**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**em 31 de dezembro de 2011**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

**3.23 –Compromissos com o meio ambiente**

A capitalização de gastos referentes a demandas ambientais está consubstanciada nas previsões regulamentares do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, em atendimento às exigências dos órgãos públicos competentes para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA é o principal órgão na esfera federal e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEDAM na esfera estadual.

Na hipótese dos gastos decorrerem de questões ambientais, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional.

O reconhecimento das obrigações assumidas obedece ao regime de competência, a partir do momento em que haja a formalização do compromisso, e são quitadas em conformidade com os prazos avençados entre as partes.

**3.24 –Subvenções governamentais – subvenção da tarifa aos consumidores de baixa renda**

As subvenções econômicas do subsídio da baixa renda a ser ressarcida pelo fundo da CDE administrado pela Eletrobras são reconhecidas no resultado pelo regime de competência (Nota 9).

**3.25 –Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos.

**a) Receita não faturada**

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

**b) Receita de construção**

A Interpretação Técnica ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infra-estrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **c) Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

#### **3.26 –Demonstrações dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

#### **3.27 –Demonstrações do valor adicionado (DVA)**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

Foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

#### **3.28 –Reapresentação das cifras comparativas**

##### **a) Correção de erros**

Em 2011 foram identificados ajustes de exercícios anteriores, relacionados à retificação de erros na provisão de multas da ANEEL no valor de R\$ 822 no exercício de 2010 e R\$ 580 no exercício de 2009; ajustes de avaliação atuarial de R\$ 3.610 nos exercícios de 2010 e 2009; e custos com a implantação do MCPSE no total de R\$ 2.326 no exercício de 2010 e R\$ 1.737 no exercício de 2009. As referidas correções afetaram o ativo circulante e passivo circulante de 31 de dezembro de 2010 e em 1º de janeiro de 2010. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas. Os efeitos dessa reapresentação são demonstrados a seguir:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2010			01.01.2010		
	Original	Ajustes	Ajustado	Original	Ajustes	Ajustado
<b>Ativo</b>						
Circulante	246.493	(2.326)	244.167	259.734		259.734
Não circulante	641.892		641.892	527.591		527.591
	<u>888.385</u>	<u>(2.326)</u>	<u>886.059</u>	<u>787.325</u>		<u>787.325</u>
<b>Passivo e patrimônio líquido (Passivo a descoberto)</b>						
Circulante	291.702	2.788	294.490	216.439	5.927	222.366
Não circulante	322.678		322.678	776.262		776.262
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	274.005	(5.114)	268.891	(205.376)	(5.927)	(211.303)
	<u>888.385</u>	<u>(2.326)</u>	<u>886.059</u>	<u>787.325</u>		<u>787.325</u>

	31.12.2010		
	Original	Ajuste	Ajustado
Receita Operacional Líquida	705.997		705.997
Custo com Energia Elétrica	(386.656)		(386.656)
Custo de Operação	(157.339)	(2.326)	(159.665)
Custo de Construção	(60.669)		(60.669)
Lucro Bruto	<u>101.333</u>	<u>(2.326)</u>	<u>99.007</u>
Despesas Operacionais	<u>(149.940)</u>		<u>(149.940)</u>
Prejuízo do Serviço de Energia Elétrica	(48.607)	(2.326)	(50.933)
Resultado Financeiro	<u>5.990</u>	<u>822</u>	<u>6.812</u>
Prejuízo do exercício	<u>(42.617)</u>	<u>(1.504)</u>	<u>(44.121)</u>

	01.01.2010		
	Original	Ajuste	Ajustado
Receita Operacional Líquida	694.844		694.844
Custo com Energia Elétrica	(311.003)		(311.003)
Custo de Operação	(143.235)	(3.610)	(146.845)
Custo de Construção	(66.594)		(66.594)
Lucro Bruto	<u>174.012</u>	<u>(3.610)</u>	<u>170.402</u>
Despesas Operacionais	<u>(129.890)</u>		<u>(129.890)</u>
Lucro do Serviço de Energia Elétrica	44.122	(3.610)	40.512
Resultado Financeiro	<u>(8.048)</u>	<u>(2.317)</u>	<u>(10.365)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	36.074	(5.927)	30.147
Imposto de renda e contribuição social	<u>(2.297)</u>		<u>(2.297)</u>
Lucro do exercício	<u>33.777</u>	<u>(5.927)</u>	<u>27.850</u>

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**em 31 de dezembro de 2011**

**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

**b) Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor.**

As seguintes normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mais não estão em vigor para o exercício de 2011. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- IAS 19 – “Benefícios a Empregados” alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de corredor, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A administração está avaliando o impacto total dessas alterações na Companhia. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros”, aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 13 – “Mensuração de Valor Justo”, emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A Companhia ainda está avaliando o impacto total do IFRS 13. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

**c) Ativos e passivos regulatórios**

As diferenças entre os valores estimados incluídos no cálculo da tarifa de energia elétrica e os efetivamente incorridos pela Companhia, reconhecidos antes da aplicação da CPC 00 – Estrutura Conceitual, como ativos e passivos regulatórios não são reconhecidos neste pronunciamento, por não atenderem à definição de ativos e passivos.

Os registros contábeis foram efetuados de modo a não influenciarem no resultado o balanço societário, conforme Resolução nº 396/2010 da ANEEL.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>01.01.2010</b>
<b>Ativo circulante</b>			
Conta de compensação da variação de custos da "Parcela A"	5.102	16.782	24.844
Outros	<u>11.786</u>	<u>1.702</u>	<u>4.265</u>
	<b><u>16.888</u></b>	<b><u>18.484</u></b>	<b><u>29.109</u></b>
<b>Passivo circulante</b>			
Conta de compensação da variação de custos da "Parcela A"	10.277	4.986	8.866
Outros	<u>29.238</u>	<u>17.397</u>	<u>4.285</u>
	<b><u>39.515</u></b>	<b><u>22.383</u></b>	<b><u>13.151</u></b>

#### 4. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

##### a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

##### b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos Tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de Tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases anuais.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**em 31 de dezembro de 2011**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

**c) Provisões para créditos de liquidação duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com os procedimentos e critérios definidos pela administração que inclui a análise criteriosa das faturas de energia elétrica vencidas, para cobrir eventuais perdas na realização de valores a receber, com base em critérios definidos pela administração da Companhia.

**5. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO**

**5.1 –Gestão de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da mesma para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>01.01.2010</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 26)	97.354	7.485	525.484
Financiamentos e empréstimos (Nota 16)	353.272	257.220	155.335
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(39.365)	(29.972)	(26.598)
<b>Dívida líquida</b>	<b>411.261</b>	<b>234.733</b>	<b>654.221</b>
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	217.374	268.891	(211.303)
<b>Total do Capital</b>	<b>628.635</b>	<b>503.624</b>	<b>442.918</b>
Índice de alavancagem financeira	65,42	46,61	147,71

**5.2 –Gestão de riscos**

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

**a) Risco da taxa de juros**

O Risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**em 31 de dezembro de 2011**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

Este risco é mitigado pelo fato da Companhia concentrar a captação de seus empréstimos com a Eletrobras, a juros fixos.

Os valores apresentados após um ano referem-se a projeções de principal e encargos, exceto os firmados com partes relacionadas.

	<b>Menos de 1</b>	<b>Entre 1 e 2</b>	<b>Entre 2 e 5</b>	<b>Acima de 5</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>ano</b>	<b>anos</b>	<b>anos</b>	<b>anos</b>
Financiamentos e empréstimos	15.444	12.468	14.609	847
Fornecedores	78.718			
Adiantamento para futuro aumento de capital	97.354			
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>				
Financiamentos e empréstimos	14.071	14.071	25.201	793
Fornecedores	90.825			
Adiantamento para futuro aumento de capital	7.485			
<b>Em 1º de janeiro de 2010</b>				
Financiamentos e empréstimos	13.156	8.548	17.096	14.008
Fornecedores	72.045			
Adiantamento para futuro aumento de capital	525.484			

**b) Risco de crédito**

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes. A Companhia faz um acompanhamento dos níveis de inadimplência através da análise das especificidades dos seus clientes. Adicionalmente, são realizadas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos em atraso.

As disponibilidades de caixa são aplicadas em um fundo extramercado exclusivo, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esse fundo é composto na sua totalidade por títulos públicos custodiados na Selic, não havendo exposição ao risco de contraparte (Nota 6).

Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de classificação de risco e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

**c) Risco de liquidez**

As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade das áreas de tesouraria e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

Os valores abaixo incluem uma projeção de pagamentos do principal e encargos calculados em 31 de dezembro de 2011. Adicionalmente a Companhia possui dívida em moeda estrangeira com o Lloyds, convertida para Reais (R\$ 1.005 – Nota 16), utilizando-se a taxa de dólar vigente para as dívidas denominadas em dólares (R\$ 1,8544/US\$ 1).



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Credores</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>Após 2017</b>	<b>Total</b>
Eletrobras	72.091	68.406	56.280	35.237	20.278	27.450	279.742
ROL BNDES	204						204
FACEAL	9.216	9.216	5.376				23.808
BIC	3.012						3.012
Lloyds Bank	54	27				847	928
	<b>84.577</b>	<b>77.649</b>	<b>61.656</b>	<b>35.237</b>	<b>20.278</b>	<b>28.297</b>	<b>307.694</b>

**d) Risco de não renovação das concessões**

A Companhia detém a concessão para exploração dos serviços de planejamento, construção e exploração da produção, transformação, transporte, distribuição e comercialização de energia, regulamentadas pela ANEEL com vigência até 2 de julho 2015. A expectativa da administração é que a concessão seja prorrogada. Caso não seja deferida pelo poder concedente ou mesmo ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (concessão onerosa), ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

**e) Risco quanto à escassez de energia**

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico -ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

**5.3 -Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados em categorias de ativos e passivos financeiros, conforme abaixo:

**a) Ativos Financeiros** – classificados nas seguintes categorias:

**Caixa e equivalentes de caixa:** mantidos para a negociação a curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado. O equivalente de caixa corresponde principalmente às aplicações financeiras mantidas em fundo de investimento exclusivo, conforme regulamentação em vigor.

**Clientes:** são registrados pelo seu valor nominal, similar aos valores justos e prováveis de realização.

**Ativos financeiros – concessões de serviço público:** são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo da concessão. São classificados com empréstimos e recebíveis.

**b) Passivos Financeiros** – classificados nas seguintes categorias:

**Fornecedores:** são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado.

**Financiamentos e empréstimos:** são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>01.01.2010</b>
<b>Ativo Financeiro</b>			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	39.365	29.972	26.598
Clientes (Nota 7)	197.019	165.419	175.446
Ativo financeiro - concessões de serviços públicos (Nota 13)	429.452	360.289	283.607
	<u>665.836</u>	<u>555.680</u>	<u>485.651</u>
<b>Passivo Financeiro</b>			
Fornecedores (Nota 17)	78.718	90.825	72.045
Financiamentos e empréstimos (Nota 16)	353.272	257.220	155.335
	<u>431.990</u>	<u>348.045</u>	<u>227.380</u>

## 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>01.01.2010</b>
Fundos de caixa	14	9	11
Recursos em contas bancárias	12.761	14.423	9.782
Ordens de pagamento emitidas	5	2	6
Numerário em trânsito	1.561	1.497	2.547
Aplicação em mercado aberto	25.024	14.041	14.252
	<u>39.365</u>	<u>29.972</u>	<u>26.598</u>

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e com remuneração diária pela taxa extramercado.

Agente Financeiro	Referência	Vencimento	Taxa %	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>01.01.2010</b>
Caixa Econômica	Extra Mercado	Disponível	Renda variável			1.711
Banco do Brasil S.A.	BB Extra Mercado	Disponível	Renda variável	25.024	14.041	12.541
				<u>25.024</u>	<u>14.041</u>	<u>14.252</u>

A exposição da aplicação financeira a risco de taxa de juros está divulgada na nota 5.

## 7. CLIENTES

As contas a receber de consumidores estão compostas da seguinte forma:

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>01.01.2010</b>
<b>Circulante</b>	442.010	383.638	384.731
(-) PCLD	<u>(244.991)</u>	<u>(218.219)</u>	<u>(209.285)</u>
	<u>197.019</u>	<u>165.419</u>	<u>175.446</u>
<b>Não circulante</b>	227.980	190.933	129.336
(-) PCLD	<u>(38.065)</u>	<u>(36.151)</u>	<u>(10.938)</u>
	<u>189.915</u>	<u>154.782</u>	<u>118.398</u>
	<u>386.934</u>	<u>320.201</u>	<u>293.844</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**a) Consumidores e concessionários - circulante**

	<b>31.12.2011</b>			<b>Total</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>01.01.2010</b>
	<b>Saldos Vincendos</b>	<b>Vencidas até 90 dias</b>	<b>Vencidas há mais de 90 dias</b>			
Fornecimento Faturado						
Privado						
Residencial	19.007	27.268	9.450	55.725	46.364	42.124
Industrial	7.983	9.475	41.982	59.440	47.176	61.723
Comercial	11.196	10.316	14.548	36.060	30.582	30.159
Rural	4.038	1.663	30.807	36.508	34.528	29.680
	<u>42.224</u>	<u>48.722</u>	<u>96.787</u>	<u>187.733</u>	<u>158.650</u>	<u>163.686</u>
Público						
Poder Público						
Federal	1.208	672	1.029	2.909	2.951	2.372
Estadual	1.498	519	971	2.988	2.749	4.036
Municipal	1.362	722	1.685	3.769	7.188	8.446
	<u>4.068</u>	<u>1.913</u>	<u>3.685</u>	<u>9.666</u>	<u>12.888</u>	<u>14.854</u>
Iluminação Pública	11.439			11.439	16.875	16.333
Serviço Público	15.691			15.691	9.409	6.654
	<u>31.198</u>	<u>1.913</u>	<u>3.685</u>	<u>36.796</u>	<u>39.172</u>	<u>37.841</u>
Fornecimento não faturado	37.108			37.108	38.116	31.052
Serviço taxado	830			830	483	720
Parcelamento de débitos	62.150			62.150	58.127	60.584
Acréscimo moratório		2.512	89.794	92.306	72.973	71.962
Energia Livre	3.267			3.267	3.267	6.960
Programa de redução do consumo de energia elétrica	3.950			3.950	4.398	3.950
Arrecadação em classificação e outros	12.738			12.738	5.506	5.030
	<u>193.465</u>	<u>53.147</u>	<u>190.266</u>	<u>436.878</u>	<u>380.692</u>	<u>381.785</u>
CCEE (a)	3.305			3.305	1.824	1.824
Encargos de uso do sistema	1.827			1.827	1.122	1.122
	<u>198.597</u>	<u>53.147</u>	<u>190.266</u>	<u>442.010</u>	<u>383.638</u>	<u>384.731</u>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(244.991)	(244.991)	(218.219)	(209.285)
	<u>198.597</u>	<u>53.147</u>	<u>(54.725)</u>	<u>197.019</u>	<u>165.419</u>	<u>175.446</u>

**CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica**

Refere-se a créditos da comercialização de energia a curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, informados a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado. O saldo refere-se à contabilização de novembro cuja liquidação é em janeiro de 2012 e previsão de mercado de dezembro.

**a) Consumidores e concessionários - não circulante**

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>01.01.2010</b>
Fornecimento faturado			
Industrial	7.509	7.124	6.766
Parcelamentos de débitos	220.471	183.809	122.570
	<u>227.980</u>	<u>190.933</u>	<u>129.336</u>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(38.065)	(36.151)	(10.938)
	<u>189.915</u>	<u>154.782</u>	<u>118.398</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A seguir a movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes:

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>01.01.2010</b>
Saldo no início do exercício	(254.370)	(216.051)	(179.444)
Provisões constituídas	(33.056)	(46.807)	(51.287)
Baixa de títulos considerados incobráveis	4.370	8.488	14.680
Saldo no fim do exercício	<u>(283.056)</u>	<u>(254.370)</u>	<u>(216.051)</u>
Circulante	(244.991)	(218.219)	(209.285)
Não circulante	<u>(38.065)</u>	<u>(36.151)</u>	<u>(6.766)</u>
	<u>(283.056)</u>	<u>(254.370)</u>	<u>(216.051)</u>

Os saldos da provisão por classe de consumidores estão demonstrados a seguir:

	<b>31.12.2011</b>		<b>31.12.2010</b>		<b>01.01.2010</b>	
	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>
Consumidores	244.991	38.065	218.219	36.151	209.285	6.766
Residencial	11.908		10.540		11.163	
Industrial	95.017		79.945		82.318	6.766
Comercial	25.106		20.635		19.375	
Rural	64.790		56.534		40.197	
Poder Público	7.205		8.471		9.095	
Iluminação Pública	9.552		13.137		11.671	
Serviço Público	277		898		816	
Falidos e Concordatários	514		486		164	
Parcelamentos	23.405	38.065	20.356	36.151	23.576	
Energia livre	3.267		3.267		6.960	
Programa de redução do consumo de energia elétrica	3.950		3.950		3.950	
	<u>244.991</u>	<u>38.065</u>	<u>218.219</u>	<u>36.151</u>	<u>209.285</u>	<u>6.766</u>

Está reconhecida, em valor considerado suficiente pela administração, para cobrir as possíveis perdas na realização de créditos, cuja recuperação é considerada improvável.

Para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, o saldo a receber dos clientes com débitos relevantes é analisado de forma individual, considerando a experiência da administração em relação às perdas efetivas com consumidores, a existência de garantias reais, a renegociação do débito e à situação do devedor, se em concordata e/ou falência.

Os seguintes critérios para constituição do PCLD foram adotados:

- consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias;
- consumidores da classe comercial vencidos há mais de 180 dias;
- consumidores das classes industrial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público, vencidos há mais de 360 dias. Além disso, foi constituída provisão de 100% para os consumidores industriais que se encontram em processo de falência.

Nos parcelamentos, foram considerados todos os valores vencidos após duas prestações não liquidadas, independente da classe de consumo.

Para os consumidores considerados relevantes foram provisionados todos os valores, após análise individualizada (garantias reais, devedor costumaz, renegociação de dívida, histórico de perdas, processos de concordata ou falência, idade de cada consumidor, etc).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**c) Parcelamentos de créditos de energia elétrica**

Representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia.

	<b>31.12.2011</b>		<b>31.12.2010</b>		<b>01.01.2010</b>	
	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>
Residencial	12.999	6.547	11.084	3.848	11.585	782
Industrial	21.430	41.270	19.192	48.356	13.973	20.101
Comercial	8.030	8.828	7.917	4.156	15.418	101.780
Rural	894	504	1.149	414	1.464	88
Poder Público	10.988	51.261	10.699	24.329	16.912	5.764
Iluminação Pública	134	2.956	666	2.196	665	512
Serviço Público	7.675	116.614	7.420	107.634	567	309
	<b>62.150</b>	<b>227.980</b>	<b>58.127</b>	<b>190.933</b>	<b>60.584</b>	<b>129.336</b>
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(23.405)	(38.065)	(20.356)	(36.151)	(23.576)	(10.938)
	<b>38.745</b>	<b>189.915</b>	<b>37.771</b>	<b>154.782</b>	<b>37.008</b>	<b>118.398</b>

Foram firmados com a Companhia de Abastecimento D'Água e Saneamento de Alagoas – CASAL dois parcelamentos nº 002/2004 de 9 de janeiro de 2004 com 120 parcelas e nº 006/2008 de 28 de dezembro de 2008 com 240 parcelas.

	<b>31.12.2011</b>		<b>31.12.2010</b>		<b>01.01.2010</b>	
	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>
Termo de Confissão de dívida nº 004/2004	4.305	3.523	4.305	5.637	4.303	7.751
Termo de Confissão de dívida nº 006/2008	2.698	111.783	2.444	101.071	2.160	92.224
	<b>7.003</b>	<b>115.306</b>	<b>6.749</b>	<b>106.708</b>	<b>6.463</b>	<b>99.975</b>

A Companhia estima a realização do parcelamento de créditos de energia elétrica da seguinte forma:

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>01.01.2010</b>
2011			12.201
2012		16.979	14.342
2013	26.742	23.286	16.892
2014	15.348	13.746	8.048
2015	16.321	11.791	7.019
2016	16.689	14.490	7.765
Após 2016	152.880	110.641	63.069
	<b>227.980</b>	<b>190.933</b>	<b>129.336</b>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**8. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS**

Ref.	31.12.2011		31.12.2010		01.01.2010	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
ICMS - Lei Complementar nº 102/2002	(1) 2.784	5.192	2.746	4.436	2.546	2.072
IRPJ a recuperar	(2) 1.782					
CSLL a recuperar	(2) 584					
ICMS antecipado	496		201			
(-)AVP	(247)	(410)	(233)	(376)		
Retenções Lei nº 10.833/03			884			
INSS	495		357		169	
Imposto de renda retido na fonte			78			
IRPJ estimado do ano			991		6.831	
CSLL estimado do ano			405		2.304	
Outros	135		92		77	
	<b>6.029</b>	<b>4.782</b>	<b>5.521</b>	<b>4.060</b>	<b>11.927</b>	<b>2.072</b>

- (1) Com base na Lei Complementar nº 102/2002, a Companhia vem registrando ICMS a recuperar no Controle de Apropriação de Crédito do ICMS do Ativo Permanente - CIAP, decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, intangível.

Tais créditos ficam disponíveis para serem compensados com o pagamento de ICMS sobre o faturamento mensal na razão de 1/48. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia estima a realização do ativo de acordo com a despesa esperada da seguinte forma:

	<b>31.12.2011</b>
2012	2.784
2013	1.731
2014	1.731
2015	1.730
	<b>7.976</b>

- (2) O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) antecipados correspondem aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9.430, de 27/12/1996, além das antecipações de aplicações financeiras e órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

**9. DIREITO DE RESSARCIMENTO**

Em cumprimento da Lei Federal nº 10.438/2002 e da Resolução ANEEL nº 246/2002, a Companhia criou no exercício de 2003 o Programa de Tarifa Social. Este programa beneficia as famílias inscritas no Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome que tenham renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo ou até três salários mínimos quando houver, entre seus membros, portador de doença ou patologia cujo tratamento necessite de equipamentos que dependam do consumo de energia. Também são beneficiados os indígenas, quilombolas e aqueles que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BCP). Os valores das subvenções são apurados mensalmente e após homologação pela ANEEL os recursos financeiros são liberados pela Eletrobras. O saldo refere-se aos meses de julho, novembro e dezembro de 2011.

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>01.01.2010</b>
Saldo no início do exercício	9.364	9.099	10.504
Valores homologados	41.348	54.281	62.502
Valores recebidos	(43.604)	(54.016)	(63.907)
Saldo no fim do exercício	<b>7.108</b>	<b>9.364</b>	<b>9.099</b>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**10. ALMOXARIFADO**

O almoxarifado é demonstrado ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação do almoxarifado é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Estão classificados neste grupo os materiais e equipamentos em almoxarifado.

	<u><b>31.12.2011</b></u>	<u><b>31.12.2010</b></u>	<u><b>01.01.2010</b></u>
Almoxarifado	5.778	4.425	5.222
Destinados a alienação	60	10	96
Resíduos e sucatas	1.573	2.054	
(-) Provisão para perdas em estoque	(1.573)		
	<u><b>5.838</b></u>	<u><b>6.489</b></u>	<u><b>5.318</b></u>

**11. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS**

		<u><b>31.12.2011</b></u>	<u><b>31.12.2010</b></u>	<u><b>01.01.2010</b></u>
Cauções de depósitos vinculados - CCEE	(a)	4.563	4.484	4.340
Depósitos vinculados a litígios	(b)	28.781	27.578	28.134
		<u><b>33.344</b></u>	<u><b>32.062</b></u>	<u><b>32.474</b></u>

- (a) Refere-se a caução de garantia para compras futuras de energia elétrica no âmbito da CCEE;
- (b) Refere-se a depósitos judiciais e bloqueios de processos da Justiça do Trabalho e da Justiça Civil.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**12. OUTROS**

	<b>31.12.2011</b>		<b>31.12.2010</b>		<b>01.01.2010</b>	
	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>
Serviços prestados a terceiros	1.001		965		1.019	
Reserva Global de Reversão - RGR					133	
Serviços em curso* Energia livre	12.657		19.657		11.909	6.960
Recomposição tarifária extraordinária		4.257		4.257		4.172
FINSOCIAL - Precatório - Processo nº 92.000.1248-5			142	855	142	855
Empréstimos CEAL/SEINFRA	251	3.241	1.003	2.919	3.066	1.254
Rendas a receber	3.202		478		31	
CIP	7.985		6.244		5.961	
Outros	(350)	1.424	440	1.423	2.968	1.425
	<u>24.746</u>	<u>8.922</u>	<u>28.929</u>	<u>9.454</u>	<u>32.189</u>	<u>7.706</u>
(-) PCLD	<u>(1.743)</u>	<u>(5.118)</u>	<u>(1.527)</u>	<u>(5.118)</u>	<u>(843)</u>	<u>(4.172)</u>
	<b><u>23.003</u></b>	<b><u>3.804</u></b>	<b><u>27.402</u></b>	<b><u>4.336</u></b>	<b><u>31.346</u></b>	<b><u>3.534</u></b>

**\* Serviços em curso:**

	<b><u>31.12.2011</u></b>	<b><u>31.12.2010</u></b>	<b><u>01.01.2010</u></b>
Recuperação de transformador de força	2.084	1.700	750
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	5.314	1.908	1.443
PEE - Programa de eficiência energética	4.664	15.387	9.655
Outros	595	662	61
	<u>12.657</u>	<u>19.657</u>	<u>11.909</u>

**13. ATIVO FINANCEIRO – CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO**

Refere-se ao ativo financeiro a receber pela Companhia no âmbito da concessão, decorrente da aplicação do modelo financeiro.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) será classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infra-estrutura recebida ou construída da atividade de distribuição e de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens



**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**em 31 de dezembro de 2011**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

	Em serviço			Em curso			31.12.2011	31.12.2010	01.01.2010
	Valor histórico	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor histórico	Obrigações especiais	Valor líquido			
Saldo no início do exercício	394.983	(91.697)	303.286	108.935	(51.932)	57.003	360.289	283.607	217.427
Adições				75.866	(5.081)	70.785	70.785	94.800	47.040
Transferências	71.029	(12.231)	58.798	(71.053)	12.255	(58.798)		17.144	2.100
Baixas	(1.622)		(1.622)				(1.622)	(35.262)	17.040
Saldo no fim do exercício	<b>464.390</b>	<b>(103.928)</b>	<b>360.462</b>	<b>113.748</b>	<b>(44.758)</b>	<b>68.990</b>	<b>429.452</b>	<b>360.289</b>	<b>283.607</b>

#### 14. INTANGÍVEL

Com a adoção da ICPC 01, os ativos fixos tangíveis das concessões foram reclassificados para a rubrica de intangíveis das concessões – ICPC 01.

Este grupo é formado por intangível – Concessão que corresponde ao direito de uso da concessão (bens do Imobilizado os quais foram bifurcados), conforme demonstrado a seguir:

	Em serviço			31.12.2011	31.12.2010	01.01.2010
	Custo	Amortização	Obrigações Especiais			
Em Serviço						
Direito uso da concessão	485.081	(347.675)	(96.642)	40.764	51.256	57.941
Em Curso						
Direito uso da concessão	16.971		(6.985)	9.986	10.962	11.721
	<b>502.052</b>	<b>(347.675)</b>	<b>(103.627)</b>	<b>50.750</b>	<b>62.218</b>	<b>69.662</b>

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	01.01.2010	31.12.2010	Adições	Baixas	Transferências	(-)	
						Amortização	31.12.2011
Em serviço							
Ativo Intangível	446.110	468.415		(374)	17.040		485.081
Amortização acumulada	(273.554)	(307.945)			584	(40.314)	(347.675)
Obrigações especiais	(133.099)	(149.261)			(13.706)		(162.967)
Amortização das obrigações especiais	18.484	40.047				26.278	66.325
	<b>57.941</b>	<b>51.256</b>		<b>(374)</b>	<b>3.918</b>	<b>(14.036)</b>	<b>40.764</b>
Em curso							
Ativo Intangível	21.640	21.505	13.090		(17.624)		16.971
Obrigações especiais	(9.919)	(10.543)	(10.148)		13.706		(6.985)
	<b>11.721</b>	<b>10.962</b>	<b>2.942</b>		<b>(3.918)</b>		<b>9.986</b>
	<b>69.662</b>	<b>62.218</b>	<b>2.942</b>	<b>(374)</b>		<b>(14.036)</b>	<b>50.750</b>

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**em 31 de dezembro de 2011**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os critérios utilizados para amortização do ativo intangível preveem de forma estimada o período da vida útil de cada bem contido na infraestrutura de distribuição. Assim, esses bens são amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro de indenização.

O detalhamento da rubrica de Direito e Uso de Concessão está demonstrada a seguir:

DISTRIBUIÇÃO	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>01.01.2010</b>
Intangível em Serviço	485.081	468.415	446.110
(-) Amortização	(347.675)	(307.945)	(273.554)
(-) Obrigações especiais	(162.967)	(149.261)	(133.099)
Amortização das obrigações especiais	66.325	40.047	18.484
	<b>40.764</b>	<b>51.256</b>	<b>57.941</b>
Intangível em Curso	16.971	21.505	21.640
(-) Obrigações especiais	(6.985)	(10.543)	(9.919)
	<b>9.986</b>	<b>10.962</b>	<b>11.721</b>
Total	<b>50.750</b>	<b>62.218</b>	<b>69.662</b>

A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Esta estimativa é revisada periodicamente e aceito pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados de forma linear, respeitando a vida útil limitada ao prazo de vencimento da concessão.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro de indenização.

**Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica**

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

Estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

**Provisão do valor de recuperação dos ativos (impairment)**

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

**15. IMOBILIZADO**

	<u>01.01.2010</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>(-) Depreciação</u>	<u>31.12.2011</u>
Em serviço							
Ativo imobilizado	30.424	33.155		(78)	838		33.915
Depreciação acumulada	(19.196)	(19.701)				(502)	(20.203)
	<b>11.228</b>	<b>13.454</b>		<b>(78)</b>	<b>838</b>	<b>(502)</b>	<b>13.712</b>
Em curso							
Ativo imobilizado	6.448	10.523	846		(838)		10.531
	<b>6.448</b>	<b>10.523</b>	<b>846</b>		<b>(838)</b>		<b>10.531</b>
	<b>17.676</b>	<b>23.977</b>	<b>846</b>	<b>(78)</b>	<b>-</b>	<b>(502)</b>	<b>24.243</b>

A Companhia calcula e contabiliza as quotas de amortização para seus bens com aplicação das taxas, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 240, de 05 de dezembro de 2006. As principais taxas anuais por atividade são:

<b>Comercialização/Administração</b>	<b>Taxa anual de depreciação (%)</b>
Edificações	5
Veículos	20
Equipamentos de informática	10

**16. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS**

**a) Composição**

	Ref.	<u>31.12.2011</u>			<u>31.12.2010</u>			<u>01.01.2010</u>		
		<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>
Moeda nacional										
Eletrobras	(1)	109.842	201.071	310.913	59.244	152.842	212.086		117.408	117.408
BNDDES	(2)	187	187	374	271	270	541	203	492	695
FACEAL	(3)	6.385	20.494	26.879	5.342	25.331	30.673	4.487	28.911	33.398
Instituições	(4)	11.067	3.034	14.101	5.951	7.000	12.951	2.743		2.743
		127.481	224.786	352.267	70.808	185.443	256.251	7.433	146.811	154.244
Moeda estrangeira										
Lloyds Bank	(4)	60	945	1.005	76	893	969	79	1.012	1.091
		<b>127.541</b>	<b>225.731</b>	<b>353.272</b>	<b>70.884</b>	<b>186.336</b>	<b>257.220</b>	<b>7.512</b>	<b>147.823</b>	<b>155.335</b>

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**em 31 de dezembro de 2011**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**b) Detalhamento dos Financiamentos e empréstimos**

**(1) Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras**

<b>31.12.2011</b>										
		<b>Circulante</b>		<b>Não circulante</b>		<b>Taxa de juros (% a.a)</b>			<b>31.12.2010</b>	<b>01.01.2010</b>
<b>Programa de Obras Realizadas</b>										
ECF-1575/97-	05/11/97	12	236	1.913	2.161	6,50+2,00	FINEL	81	2.205	2.159
ECF-1595/97-	13/11/97	2	61	350	413	5,00+1,00	-	81	426	426
ECF-1517/97-	05/11/97	1	23	133	157	5,00+1,00	-	81	163	162
ECF-1693/98-	14/05/98	8	208	1.218	1.434	6,50+2,00	FINEL	81	1.463	1.433
ECF-1760/98-	01/07/98	11	277	1.617	1.905	6,50+2,00	FINEL	81	1.943	1.903
ECF-1862/99-	23/03/99	1	21	122	144	6,50+2,00	-	81	148	148
ECF-1891/99-	31/05/99		36	9	45	6,50+2,00	FINEL	14	53	52
ECF-1895/99-	05/07/99		16	5	21	6,50+2,00	FINEL	13	25	25
ECF-1957/99-	27/12/99	14	443	2.548	3.005	5,00+2,00	-	81	3.102	3.102
ECF-1971/00-	05/05/00	30	1.036	6.474	7.540	5,00+1,00	-	87	7.769	7.769
ECF-2053/00-	21/08/00	3	294	465	762	5,00+1,00	-	31	832	832
ECF-1958/00-	08/11/00	1	129		130	5,00+2,00	-	8	177	177
ECF-2070/00-	18/04/01	8	180	435	623	5,00+2,00	-	41	659	659
ECF-2129/02-	24/04/02	2	442	1.215	1.659	5,00+2,00	-	45	1.767	1.767
ECF-2263/02-	09/12/02	10	567	1.558	2.135	5,00+2,00	-	45	2.267	2.267
ECFS-004/04-	27/05/04	18	531	3.895	4.444	5,00+1,00	-	100	4.559	4.559
ECF-2335/04-	12/05/04	6	390	846	1.242	5,00+2,00	-	38	1.334	1.334
ECF-2336/04-	12/08/04	15	1.022	2.215	3.252	5,00+2,00	-	38	3.494	3.494
ECF-2337/04-	12/08/04	29	1.709	4.558	6.296	5,00+2,00	-	44	6.694	6.694
ECF-2510/05-	27/10/05	37	1.685	6.319	8.041	5,00+1,00	-	57	8.425	8.425
ECFS-107/05-	14/12/05	23	639	5.059	5.721	5,00+1,00	-	107	5.858	8.146
ECF-2511/05-	19/01/06	1	61	187	249	5,00+2,00	-	49	264	263
ECF-2519/05-	19/01/06	18	788	2.955	3.761	5,00+2,00	-	57	3.940	3.940
ECF-2565/06-	27/07/06	5	307	1.075	1.387	5,00+2,00	-	54	1.459	1.459
ECF-2567/06-	20/06/06	8	380	1.329	1.717	5,00+2,00	-	54	1.803	1.803
ECF-2581/06-	31/07/06	24	1.084	3.974	5.082	5,00+2,00	-	56	5.328	5.328
ECFS-171/07-	28/02/07	34	874	7.645	8.553	5,00+1,00	-	117	8.737	12.082
ECF-2632/07-	04/10/07	7	315	1.181	1.503	5,00+2,00	-	57	1.574	463
ECF-2638/07-	04/10/07	28	1.276	4.784	6.088	5,00+2,00	-	57	6.378	4.535
ECF-2646/07-	22/10/07	14	637	2.390	3.041	5,00+2,00	-	57	3.187	3.174
ECF-2649/07-	22/10/07	28	1.254	4.703	5.985	5,00+2,00	-	57	6.271	5.796
ECFS-196/07-	07/11/07	26	677	5.919	6.622	5,00+1,00	-	117	6.765	6.765
ECFS-242/08-	04/12/08	45	1.133	10.102	11.280	5,00+1,00	-	117	11.330	10.606
		469	18.731	87.198	106.398				110.399	111.747
<b>Programa de Obras em Curso</b>										
ECF-2543/06-	04/04/06	9	675	2.532	3.216	5,00+2,00	-	57	1.985	877
ECF-2647/07-	22/10/07	19	509	2.674	3.202	5,00+2,00	-	57	866	863
ECFS-2650/07	13/11/07	9		4.439	4.448	5,00+2,00	-	60	4.223	
ECFS-250/09-	21/08/09	47	1.176	10.587	11.810	5,00+1,00	-	120	11.764	3.921
ECFS-2867/10	12/08/10	14		10.100	10.114	5,00+2,00	-	60	10.134	
ECFS-2881/10	18/01/11	55	553	5.155	5.763	5,00+2,00	-	60		
ECFS-2825/11	12/05/10	9		1.232	1.241	5,00+1,00	-	120		
ECFS-311/10-	09/11/10	28		6.839	6.867	5,00+1,00	-	120	3.800	
		190	2.913	43.558	46.661				32.772	5.661
<b>Outros Programas</b>										
ECF-2761/09-RO	11/08/09		1.377		1.377	SELIC	-	6	9.840	
ECF-2860/10-RO	30/05/10	112	2.832	11.327	14.271	SELIC+0,05	-	60	14.158	
ECF-2876/10-RO	24/10/10					SELIC+0,05	-	1	14.817	
ECF-2880/10-RO	30/11/10	119	3.000	12.000	15.119	SELIC+0,05	-	60	15.000	
ECF-2900/10-RO	28/12/10	120	15.100		15.220	SELIC+0,05	-	1	15.100	
ECF-2917/11-RO	19/03/11	119	15.000		15.119	SELIC+0,05	-	1		
ECF-2971/11-RO	16/11/11	356	45.509		45.865	SELIC+0,05	-	1		
ECF-2976/11-RO	16/12/11			35.662	35.662	SELIC+0,05	-	36		
ECF-2950/11-RO	24/10/11		3.775	11.326	15.221	SELIC+0,05	-	1		
		<b>120</b>	<b>3.775</b>	<b>11.326</b>	<b>15.221</b>					
		<b>946</b>	<b>86.593</b>	<b>70.315</b>	<b>157.854</b>				<b>68.915</b>	
		<b>1.605</b>	<b>108.237</b>	<b>201.071</b>	<b>310.913</b>				<b>212.086</b>	<b>117.408</b>

\* Prestações Restantes conferência:

Estes recursos foram destinados a obras diversas, como obras de subtransmissão, iluminação pública, distribuição, eletrificação rural, combate a perdas, recuperação do sistema elétrica; bem como para capital de giro e devolução do programa luz para todos.

**(2) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES**

Refinanciamento de empréstimo para aplicação na expansão do sistema elétrico, incidindo spread de 8% ao ano sobre a TJLP. A amortização realizada em 240 parcelas mensais a partir de 01.01.1994.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31.12.2011									
Contrato	Data de Assinatura	Saldo	Taxa de Juros (%a.a.)	Moeda	Index.	P.R.*	Objetivo	31.12.2010	01.01.2010
Rolagem BNDES	01/01/94	374	TJLP+8	R\$	-	24	Expansão do sistema	541	695

**(3) Fundação CEAL de Assistência Social e Previdência - FACEAL**

Na condição de patrocinadora da Fundação, a Companhia atualizou a consolidação e repactuação da dívida acumulada até o exercício de 1996 junto àquela Fundação, decorrente de contribuições não liquidadas tempestivamente até então. O novo contrato assinado em 31.07.2005 prevê o pagamento da dívida em 120 parcelas e encargos com base na variação do INPC e juros de 1% ao mês sobre o saldo corrigido. A Companhia mantém o pagamento das parcelas rigorosamente atualizado.

31.12.2011									
Contrato	Data de Assinatura	Saldo	Taxa de Juros (%a.a.)	Moeda	Index.	P.R.*	Objetivo	31.12.2010	01.01.2010
FACEAL	31/07/05	26.879	12,68	R\$	INPC	43	Dívida	30.673	33.398

\* Prestações Restantes

**(4) Instituições financeiras**

Empréstimos contratados com o Banco da Indústria e Comércio com o objetivo de capital de giro, amortizado em 36 parcelas mensais com vencimento final em 17/06/2013, atualizado pela taxa de juros de 5,91% a.a. + CDI. Também, junto ao Banco do Brasil com o objetivo de capital de giro sob a forma de conta garantida.

31.12.2011									
Contrato	Data de Assinatura	Saldo	Taxa de Juros (%a.a.)	Moeda	Index.	P.R.*	Objetivo	31.12.2010	01.01.2010
Banco do Brasil	26/06/07	5.000	CDI	R\$	-	1	Conta	130	52
BIC	25/05/10	9.101	CDI+5,91	R\$	-	18	Conta	12.821	2.691
		<b>14.101</b>						<b>12.951</b>	<b>2.743</b>

\* Prestações Restantes

**(5) Lloyd Bank**

A reestruturação da dívida em moeda estrangeira, junto a Secretaria do Tesouro Nacional, de médio e longo prazo referente aos financiamentos sob amparo da Lei nº 4.131/1962 está demonstrada no quadro a seguir.

Nos bônus Discount Bond e Par Bond existem garantias depositadas nos valores de R\$ 62 e R\$ 87 EM 31.12.2011 (em 31.12.2010 R\$ 55 e R\$ 77), respectivamente, contabilizados em outros ativos realizáveis em longo prazo.

31.12.2011									
Contrato	Data de Assinatura	Saldo	Taxa de Juros (%a.a.)	Moeda	Index.	P.R.*	Objetivo	31.12.2010	01.01.2010
Debt Conv.	31/12/97	25	7/8 de 1	US\$	dólar	1	Refinanciamento	67	116
C. Bond	31/12/97	88	4	US\$	dólar	5	Refinanciamento	110	147
Discount Bond	31/12/97	367	13/16 de 1	US\$	dólar	1	Refinanciamento	325	340
Par Bond	31/12/97	525	4	US\$	dólar	1	Refinanciamento	467	488
		<b>1.005</b>						<b>969</b>	<b>1.091</b>

\* Prestações Restantes

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**c) Composição dos financiamentos e empréstimos por indexador**

	31.12.2011			31.12.2010			01.01.2010		
	Variação no Período (%)	Valor	Part. (%)	Variação no Período (%)	Valor	Part. (%)	Variação no Período (%)	Valor	Part. (%)
Moeda nacional									
INPC	6,08	26.880	7,61	2,57	30.672	11,92	(36,53)	33.398	21,50
FINEL	1,00	5.534	1,57	0,63	5.689	2,21	(0,35)	5.572	3,59
RGR		148.471	42,03		137.482	53,45		111.837	72,00
SELIC/RO	(2,53)	156.906	44,42	0,09	68.915	26,79			
Outros		14.476	4,10		13.493	5,25		3.437	2,21
		<u>352.267</u>	<u>99,72</u>		<u>256.251</u>	<u>99,62</u>		<u>154.244</u>	<u>99,30</u>
Moeda estrangeira									
Dólar	12,58	1.005	0,28	(1,65)	969	0,38	32,37	1.091	0,70
		<u>353.272</u>	<u>100,00</u>		<u>257.220</u>	<u>100,00</u>		<u>155.335</u>	<u>100,00</u>

**d) Vencimento das parcelas não circulante dos financiamentos e empréstimos**

	31.12.2011			31.12.2010	01.01.2010
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total		
2011					29.734
2012				38.815	29.967
2013	59.116	15	59.131	39.069	28.136
2014	56.757	15	56.772	35.322	23.129
2015	47.401	15	47.416	28.103	11.339
2016	24.825	8	24.833	16.437	25.518
2017	11.883		11.883	15.437	
Após 2017	24.804	892	25.696	13.153	
	<u>224.786</u>	<u>945</u>	<u>225.731</u>	<u>186.336</u>	<u>147.823</u>

**e) Mutações dos financiamentos e empréstimos**

	01.01.2010	31.12.2010	Ingressos	Encargos	Variação Monetária	Transfe-rências	Amorti-zações	31.12.2011
Circulante	7.512	70.884	65.398	8.607	1.157	11.291	(29.796)	127.541
Não Circulante	147.823	186.336	48.746	1.024	916	(11.291)		225.731
	<u>155.335</u>	<u>257.220</u>	<u>114.144</u>	<u>9.631</u>	<u>2.073</u>		<u>(29.796)</u>	<u>353.272</u>

**17. FORNECEDORES**

	31.12.2011	31.12.2010	01.01.2010
Encargos de uso do sistema de transmissão	6.158	5.788	2.228
Fornecedores de energia elétrica	32.597	35.513	34.093
Energia livre (*)	2.953	2.743	401
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE (**)	6.994	515	244
Materiais e serviços	30.016	46.266	35.079
	<u>78.718</u>	<u>90.825</u>	<u>72.045</u>

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**em 31 de dezembro de 2011**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(\*) Durante o período de racionamento houve comercialização de energia elétrica não contratada denominada energia livre. Entendendo-se como tal a energia ofertada no sistema elétrico não proveniente dos contratos iniciais, ou equivalentes, e nos contratos bilaterais. Através do Despacho nº 2.517, de 26 de agosto de 2010 a ANEEL fixou os montantes finais do Repasse de Energia Livre.

A composição do saldo está demonstrada a seguir:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>01.01.2010</u>
CEEE	1.977	1.867	
Tractabel			401
Cemig	976	876	
	<u>2.953</u>	<u>2.743</u>	<u>401</u>

(\*\*) Previsão fatura MCSD- Mecanismo de Compensação de Sobra e Déficit e EER- Encargos de Energia de Reserva de dezembro de 2011. A composição do saldo esta demonstrada a seguir:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>01.01.2010</u>
CCEE	6.560	424	244
Encargo de energia de reserva	434	91	
	<u>6.994</u>	<u>515</u>	<u>244</u>

**18. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS**

	<u>31.12.2011</u>		<u>31.12.2010</u>		<u>01.01.2010</u>	
	Ref. Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
ICMS	18.255		16.879		14.057	
ISS	729		919		578	
INSS e outras contribuições sociais	3.222		2.763		2.203	
FGTS	902		698		7.413	
PASEP	611		647		802	
COFINS	2.814		2.978		3.693	
Retenções	6.707		7.096		5.584	
IRPJ sobre empréstimos e terceiros	402		251		120	
Programa excepcional - PAEX	(1) 2.927	10.599	2.788	12.889	2.653	14.916
Parcelamento INSS			172			391
	<u>36.569</u>	<u>10.599</u>	<u>35.191</u>	<u>12.889</u>	<u>37.103</u>	<u>15.307</u>

**(1) Parcelamento excepcional – PAEX**

O débito consolidado do PAEX está sendo pago em 120 e 130 parcelas mensais e consecutivas, iniciado em setembro de 2006, e atualizado pela variação da TJLP, das quais já foram liquidadas 64 parcelas. As regras do programa estabelecem como condição de permanência no mesmo a obrigatoriedade do pagamento regular de impostos e contribuições.

	<u>31.12.2011</u>			<u>31.12.2010</u>			<u>01.01.2010</u>		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
PAEX 120 meses	248	706	954	231	887	1.118	216	1.047	1.263
PAEX 130 meses	2.679	9.893	12.572	2.557	12.002	14.559	2.437	13.869	16.306
	<u>2.927</u>	<u>10.599</u>	<u>13.526</u>	<u>2.788</u>	<u>12.889</u>	<u>15.677</u>	<u>2.653</u>	<u>14.916</u>	<u>17.569</u>

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**em 31 de dezembro de 2011**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A adesão ao Parcelamento Excepcional – PAEX, em 13/09/2006, teve como fatores determinantes às condições vantajosas determinadas pela Medida Provisória nº 351 de 29/06/2006, dentre elas o alongamento do prazo de pagamento e a mudança de indexado (SELIC - Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia para TJLP – Taxa de Juros em Longo Prazo), os valores declarados correspondem a débitos de tributos e contribuições sociais à Secretaria da Receita Federal – SRF, conforme demonstrado a seguir:

	<b>31.12.2011</b>			<b>31.12.2010</b>			<b>01.01.2010</b>		
	<b>120 meses</b>	<b>130 meses</b>	<b>Total</b>	<b>120 meses</b>	<b>130 meses</b>	<b>Total</b>	<b>120 meses</b>	<b>130 meses</b>	<b>Total</b>
PIS/PASEP		603	603		603	603		603	603
COFINS	1.430	19.474	20.904	1.430	19.474	20.904	1.430	19.474	20.904
	1.430	20.077	21.507	1.430	20.077	21.507	1.430	20.077	21.507
Período 29/09/06 à 30/09/11									
Atualizações - TJLP	351	3.135	3.486	353	3.090	3.443	339	2.804	3.143
Amortização	(827)	(10.640)	(11.467)	(665)	(8.608)	(9.273)	(506)	(6.575)	(7.081)
	<b>954</b>	<b>12.572</b>	<b>13.526</b>	<b>1.118</b>	<b>14.559</b>	<b>15.677</b>	<b>1.263</b>	<b>16.306</b>	<b>17.569</b>

## 19. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

Contabilização da estimativa das obrigações em potencial referentes a férias e encargos devidas aos empregados, sem prejuízo da remuneração mensal, na vigência do contrato de trabalho, e dos encargos sociais incidentes sobre as obrigações trabalhistas, provisionadas.

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>01.01.2010</b>
Férias	8.254	7.484	6.679
Encargos s/férias	3.037	2.754	2.458
	<b>11.291</b>	<b>10.238</b>	<b>9.137</b>

## 20. OBRIGAÇÕES DE RESSARCIMENTO

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>01.01.2010</b>
Contribuição de iluminação pública (a)	13.807	11.171	10.377
Devolução recursos CDE-PLpT (b)	16.504	14.690	9.155
	<b>30.311</b>	<b>25.861</b>	<b>19.532</b>

### a) Contribuição de iluminação pública – CIP

Tributo que incide sobre a prestação do serviço de iluminação pública, efetuada pelos Municípios, no âmbito do seu território, instituído pelo Art. 149-A da Constituição Federal. Estas contribuições são cobradas nas contas de energia e quando arrecadadas são repassadas as Prefeituras Municipais.

### b) Devolução de recursos CDE – PLpT

Refere-se a valores recebidos e não utilizados no Programa Luz para Todos através do ECFS-171/2007 – 3º Tranche, cuja devolução é feita através de confissão de dívida entre a Companhia e a Eletrobras.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>01.01.2010</b>
Saldo no início do exercício	14.690	9.155	
Constituição			9.155
Variação monetária	1.814	5.535	
Saldo no fim do exercício	<u>16.504</u>	<u>14.690</u>	<u>9.155</u>

**21. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO**

	<b>31.12.2011</b>		<b>31.12.2010</b>		<b>01.01.2010</b>	
	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>
Avaliação atuarial CVM 600 (a)	17.389		17.556		18.854	
Contribuição suplementar da patrocinadora (b)	2.695	12.258	2.704	14.084	2.726	15.311
	<u>20.084</u>	<u>12.258</u>	<u>20.260</u>	<u>14.084</u>	<u>21.580</u>	<u>15.311</u>

**a) Avaliação atuarial CVM 600**

A administração da Companhia decidiu alterar a política contábil de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais dos programas de benefícios pós-emprego a partir do exercício de 2010, deixando de adotar o método do "corredor" e passando a reconhecê-las no próprio exercício em que ocorreram, em "Outros Resultados Abrangentes", de acordo com as orientações CPC-33 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e IAS-19 do *International Accounting Standards*.

<b>Obrigações Registradas no Balanço Patrimonial</b>	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>01.01.2010</b>
Programa de saúde	17.389	17.556	18.853
Programa previdenciário (dívidas contratadas)	14.953	16.788	18.038
	<u>32.342</u>	<u>34.344</u>	<u>36.891</u>
<b>Receitas (Despesas) Reconhecidas no Resultado</b>			
Programa de saúde	325	135	1.119
Programa previdenciário (dívidas contratadas)	(8.543)	(3.851)	(14.912)
Total	<u>(8.218)</u>	<u>(3.716)</u>	<u>(13.793)</u>
<b>Ganhos (Perdas) Atuariais Reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes</b>			
Programa de saúde	492	1.432	
Programa previdenciário (dívidas contratadas)	(6.709)	(2.601)	(13.641)
Total	<u>(6.217)</u>	<u>(1.169)</u>	<u>(13.641)</u>
<b>Outros Resultados Abrangentes Acumulados</b>			
Programa de saúde	1.924	1.432	
Programa previdenciário (dívidas contratadas)	(22.951)	(16.242)	(13.641)
Total	<u>(21.027)</u>	<u>(14.810)</u>	<u>(13.641)</u>

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**em 31 de dezembro de 2011**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**(1) Plano de aposentadoria e pensões**

A Companhia mantém, através de uma entidade fechada de previdência privada por ela constituída para esse fim, um programa de suplementação de aposentadorias e pensões composto de:

Plano de Benefício Definido – BD – garante renda vitalícia aos beneficiários.

Plano de Contribuições Definidas – implementada a partir de 2008, garante rendas por prazos definidos de acordo com a capitalização ocorrida no período de atividade.

As obrigações relativas a esses programas foram estimadas atuarialmente por consultoria independente e representam o valor atual dos benefícios concedidos e a conceder aos beneficiários.

**(2) Programa de assistência à saúde**

Além do programa de aposentadorias e pensões, a Companhia suporta, igualmente, um programa de assistência médica aos empregados e dependentes, estendendo-o a um grupo fechado a inativos e pensionistas. Em função da estrutura de custeio adotada, os inativos e pensionistas são beneficiados com um subsídio indireto, dado que o prêmio é calculado coletivamente para toda a massa populacional.

As obrigações com esse programa também foram calculadas atuarialmente, demonstradas no mesmo laudo já citado.

**(3) Dívidas contratadas**

A Companhia, em razão de insuficiência de cobertura das obrigações decorrentes de direitos relativos ao tempo de serviço já completado pelos beneficiários até a data deste balanço, conforme previsto no CPC-33 e no IFRS-14, subscreveu, com a entidade de previdência privada administradora do programa, um Contrato de Dívidas cujos saldos devedores, nas datas de 31/12/2011, 31/12/2010 e 1º/01/2010, eram respectivamente de: R\$ 14.953, R\$ 16.788 e R\$ 18.038.

Essa dívida está sendo amortizada em 100 parcelas, a partir de setembro de 2008, sendo compensada com os resultados atuariais do programa a cada ano.

**(4) Cálculo atuarial do programa de benefícios**

Os valores apurados em laudo atuarial, relativo ao Programa, separadamente para os benefícios de aposentadorias e de assistência à saúde, reconhecidos no balanço patrimonial, são os seguintes:

	<b><u>31.12.2011</u></b>	<b><u>31.12.2010</u></b>	<b><u>01.01.2010</u></b>
Programa de Saúde:			
Obrigações no início do exercício	17.556	18.853	17.734
Custo do serviço	1.407	1.683	1.119
Contribuições patronais	(1.082)	(1.548)	
Perdas atuariais	(492)	(1.432)	
Obrigações no fim do exercício	<u>17.389</u>	<u>17.556</u>	<u>18.853</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>01.01.2010</b>
Programa Previdenciário (dívidas contratadas):			
Obrigações no início do exercício	16.788	18.038	19.309
Custo do serviço	(28)	(10)	33
Custo dos juros	9.406	7.799	8.710
Restrição ao reconhecimento de ativo (item 58 - CPC 33)	26.192	(9.211)	17.999
Contribuições patronais	(3.945)	(64)	(120)
Retorno dos ativos	(13.977)	(11.575)	(23.535)
(Ganhos) perdas atuariais	(19.483)	11.811	(4.358)
Obrigações no fim do exercício	<u>14.953</u>	<u>16.788</u>	<u>18.038</u>

**(5) Valores reconhecidos como resultados**

Os valores reconhecidos diretamente na demonstração de resultados, como Outras despesas (ou Receitas) Operacionais, estão demonstrados:

<u>Valores reconhecidos diretamente nos resultados</u>	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Programa Saúde:		
Custos do serviço	1.407	1.683
	<u>1.407</u>	<u>1.683</u>
Programa Previdenciário (Dívidas contratadas):		
Custos do serviço	(28)	(10)
Custo dos juros	9.406	7.799
Retorno esperado dos ativos financeiros	(13.977)	(11.575)
	<u>(4.599)</u>	<u>(3.786)</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**(6) As premissas atuariais e financeiras utilizadas nas projeções foram:**

<b>HIPÓTESES ECONÔMICAS E ATUARIAIS</b>	
<b>HIPÓTESE ECONÔMICAS</b>	
Taxa anual de juros atuarial real	5,38%
Taxa anual de inflação projetada	4,50%
Taxa esperada de retorno nos ativos	10,12%
Taxa anual real de evolução salarial	2,00%
Taxa anual real de evolução custos médicos	1,00%
Taxa real de evolução de benefícios	0,00%
taxa real de evolução de benefícios do regime geral	0,00%
fator de capacidade (benefícios e salários)	100,00%
<b>HIPÓTESES ATUARIAIS</b>	
Taxa de rotatividade	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83
Tábua de invalidez	Light Fraca
% de casados na data de aposentadoria	95,00%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos

**(7) Ativos garantidores:**

Os ativos garantidores do programa de benefício estão assim compostos:

	<b>Valores</b>	<b>%</b>
Valores disponíveis imediatos	313	0,09
Realizáveis previdenciários	30.139	8,30
Investimentos em ações	337.334	92,88
Investimentos em fundos	11.815	3,25
Empréstimos e financiamentos	18.485	5,09
Outros	4.223	1,16
(-) Exigíveis previdenciários	(38.931)	(10,72)
(-) Exigíveis de investimentos	(168)	(0,05)
<b>Total</b>	<b>363.210</b>	<b>100,00</b>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**b) Contribuição suplementar da patrocinadora**

Com a vigência do Plano de "Contribuição Definida (cd) nº 001" da FACEAL, em setembro de 2008, o saldo determinado atuarialmente foi registrado no Plano Previdenciário nº2, como Provisão Matemática a Constituir ajustado entre a Companhia e FACEAL, para ser amortizada através de contribuições suplementares relativas à "Serviço Passado", em 100 (cem) parcelas acrescidas de juros a taxa real de 5% (cinco por cento) ao ano, sobrecarga administrativa de 15% (quinze por cento) e corrigidas pelo INPC do IBGE.

**22. ENCARGOS SETORIAIS**

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>01.01.2010</b>
Quota para RGR	3.305	2.147	371
Quota para CCC	2.848	2.508	462
Quota para CDE	473	425	407
Proinfa		827	
Varição da quota RGR	4.769	1.232	979
Taxa de fiscalização	141	135	157
	<b>11.536</b>	<b>7.274</b>	<b>2.376</b>

A variação da quota RGR apresentada na tabela acima corresponde à diferença a menor apurada nos recolhimentos da Reserva Global de Reversão - RGR, referente aos exercícios de 2010 e 2011.

**23. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO**

	<b>31.12.2011</b>		<b>31.12.2010</b>		<b>01.01.2010</b>	
	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>
P&D - FNDCT	238		237		199	
P&D - MME	119		119		100	
Ressarcimento ICMS	343		987			
P&D - Recursos a aplicar	4.715	8.797	4.000	7.326	6.836	2.978
PEE - Recursos a aplicar	5.099	1.984	5.700	13.185	19.185	426
	<b>10.514</b>	<b>10.781</b>	<b>11.043</b>	<b>20.511</b>	<b>26.320</b>	<b>3.404</b>

Programa de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento são programas de reinvestimentos exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas, conforme Resolução nº 300/2005.

Ressarcimento ICMS - provisão dos recursos para custear o ressarcimento de Estados e Municípios que tiverem perda de receita, decorrente da arrecadação de Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para geração de energia elétrica, nos vinte e quatro meses seguintes à interligação dos respectivos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional - SIN, conforme determinação da ANEEL através da Resolução Normativa nº 410, de 24 de agosto de 2010.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**24. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**

As provisões para contingências são baseadas na estimativa da opinião dos nossos consultores jurídicos das possíveis indenizações por ações cíveis, tributárias e trabalhistas que se acham em tramitação em diversas instâncias de decisão judicial.

	<b>Ref.</b>	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>01.01.2010</b>
Trabalhistas	(1)	23.213	20.523	16.837
Cíveis	(2)	28.401	21.464	14.632
Tributárias	(3)	35.266	35.101	33.167
		<b>86.880</b>	<b>77.088</b>	<b>64.636</b>

**a) Mutações das provisões para demandas judiciais**

	<b>31.12.2010</b>	<b>Constituição</b>	<b>Reversão</b>	<b>31.12.2011</b>
Trabalhistas	20.523	9.574	(6.884)	23.213
Cíveis	21.464	10.393	(3.456)	28.401
Tributárias	35.101	495	(330)	35.266
	<b>77.088</b>	<b>20.462</b>	<b>(10.670)</b>	<b>86.880</b>

**b) Quantidade de processos judiciais em andamento:**

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>01.01.2010</b>
Juizados especiais	1.307	994	827
Justiça do trabalho	1.030	858	952
Justiça estadual	1.258	1.123	1.013
Justiça federal	52	53	49
Outros	715	688	699
	<b>4.362</b>	<b>3.716</b>	<b>3.540</b>

**(1) Trabalhistas**

Nesse agrupamento, a Companhia figura nos processos basicamente na qualidade de Ré, vez que geralmente o que se discute na Justiça do Trabalho são diversas ações movidas contra a Companhia por ex-empregados, empregados do quadro atual e terceirizados, envolvendo principalmente: adicional de periculosidade, diferença de adicional de periculosidade, diferença salariais, férias, férias proporcionais, gratificação de função, horas extras, verbas rescisórias, plano Bresser, multa compensatória de 40% sobre saldo dos expurgos inflacionários depositados em conta vinculada de ex-obreiros, indenização por danos morais decorrentes de acidentes de trabalho e reintegração de demitidos.

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>01.01.2010</b>
Provável	23.213	20.523	16.837
Possível	15.248	6.268	2.989
Remota	1.534	1.373	1.307
	<b>39.995</b>	<b>28.164</b>	<b>21.133</b>

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **PLANO BRESSER**

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Alagoas, na qualidade de substituto processual, aforou reclamação trabalhista em favor dos empregados da Companhia, visando o recebimento de supostas diferenças salariais ocorridas em virtude da implantação do denominado "Plano Bresser" (Decreto-Lei nº 2.335/87).

O pedido teve amparo perante a Egrégia Segunda Junta de Conciliação e Julgamento de Maceió-AL, decisão esta confirmada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, estando a decisão transitado em julgado.

Ocorre que, na execução da sentença, o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Maceió entendeu a época que não deveria haver limitação a data-base da categoria, o que extraordinariamente oneraria a execução, conseqüentemente criaria uma dívida vultosa.

Daí o risco avaliado de perda ser provável quanto a avaliação de perda limitada a data base, pois o julgamento da limitação da data-base da categoria dar-se-á com a continuidade da execução.

Conforme a OJ/TST (SDI i) Nº 262, não ofende "à coisa julgada a limitação à data-base da categoria, na fase executória, da condenação ao pagamento de diferenças salariais decorrentes de planos econômicos".

O pagamento de diferenças salariais foi limitado a data base através da Súmula 322 do TST que estabelece: os reajustes salariais decorrentes dos chamados "gatilhos" e URPs, previstos legalmente como antecipação, são devidos tão-somente até a data-base de cada categoria.

Ressalta-se que entre as medidas judiciais cabíveis, ainda há a possibilidade de apresentação de Embargos à Execução, o que permitiria o exame da limitação dos cálculos à data base da categoria.

Acrescente-se a isso o fato de a União ter ingressado no feito como assistente, o que reforça a defesa da Companhia na busca pela limitação à data base. Bem como a decisão datada de 15 de março de 2011, do TRT da 19ª Região, proc. 251900.68.5.19.1989.0002, da Companhia de Abastecimento de Águas e Saneamento de Alagoas – CASAL, que houve a limitação à data base. A Companhia constituiu provisão no montante de R\$ 4.817 mil para fazer face a eventuais perdas em relação a esse assunto.

### **(2) Cíveis**

Nas ações cíveis o maior número de processos diz respeito à recuperação de crédito (cobrança, execução etc.), estando à Companhia no pólo ativo da demanda, e a responsabilidade civil (indenizações por danos materiais, morais etc.), quando a Companhia figura no pólo passivo da relação processual.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Ref.</b>	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>01.01.2010</b>
<b>Probabilidade de perda</b>				
<b>Provável</b>				
Indenização	(a)	12.731	10.110	6.655
Repetição de indébito	(d)	57	58	58
Execução fiscal/embargos	(e)	397	8	6
Juizados especiais	(f)	12.010	7.843	5.133
Outros	(g)	3.206	3.445	2.780
		<u>28.401</u>	<u>21.464</u>	<u>14.632</u>
<b>Probabilidade de perda</b>				
<b>Possível</b>				
Indenização	(a)	15.998	16.621	14.609
Ação civil pública	(b)	54.778	12.791	12.881
Revisional de contratos	(c)	11	21	11
Repetição de indébito	(d)	61	61	12
Execução fiscal/embargos	(e)	402	402	858
Juizados especiais	(f)	1.597	1.587	1.650
Outros	(g)	14.687	13.474	6.642
		<u>87.534</u>	<u>44.957</u>	<u>36.663</u>
<b>Probabilidade de perda</b>				
<b>Remota</b>				
Indenização	(a)	6.296	6.141	3.462
Ação civil pública	(b)	10	26	111
Repetição de indébito	(d)	1.321	1.321	1.321
Execução fiscal/embargos	(e)	3.237	658	658
Juizados especiais	(f)	310	288	355
Outros	(g)	29.527	26.999	26.977
		<u>40.701</u>	<u>35.433</u>	<u>32.884</u>

**(a) Indenização:** agrupamento dos processos que envolvem pedido de indenização por danos morais ou materiais. Os fatos geradores mais comuns são: acidentes nos sistemas de transmissão de energia elétrica do Sistema Elétrico de Potência, com ou sem óbito; defeitos na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica, com danificação de aparelhos elétricos dos consumidores; interrupção indevida do fornecimento de energia elétrica; inclusão indevida do consumidor nos cadastros de inadimplentes.

**(b) MS/Ação Civil Pública:** agrupamento das ações que envolvem a suposta coação ilegal de autoridade revestida nas atribuições do poder concedente (interrupção do fornecimento de energia elétrica, negativa de ligação de consumidor ao Sistema Elétrico de Potência etc.) e as ações de interesse público, que induzem à participação do Ministério ou Defensoria Pública (defesa de direitos coletivos difusos).

**(c) Revisional de Contratos:** agrupamento das ações propostas pelos consumidores que entendem existir algum problema ou erro com o contrato firmado com a concessionária.

**(d) Repetição de Indébito:** agrupamento de ações propostas com consumidores que alegam ter pago à concessionária mais do que era efetivamente devido, e através das referidas ações, pedem a devolução do pagamento supostamente indevido.

**(e) Execução fiscal/Embargos:** agrupamento das ações propostas pelas Fazendas Públicas (Municipal, Estadual e Federal) objetivando cobrar da concessionária eventuais dívidas, em geral de natureza tributária.



**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**em 31 de dezembro de 2011**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**(f) Juizados especiais:** ações cíveis tramitando no Juizado Especial no montante estimado de R\$ 13.917 mil, sendo R\$ 12.010 mil avaliados como de perda provável. Referem-se a: cancelamento de dívida, declaração de nulidade, indenização por danos morais, indenização por danos materiais, renegociação de dívida, repetição de indébito, revisão de consumo.

**(g) Outros:** agrupamento das demais ações não incluídas nos tópicos nominados especificamente seja na esfera administrativa (PROCON, Procuradorias etc.), seja na esfera judicial.

**(3) Tributárias**

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>01.01.2010</b>
Causas tributárias	35.266	35.101	33.167
	<b>35.266</b>	<b>35.101</b>	<b>33.167</b>

**ICMS Baixa Renda**

Apesar da demanda em epígrafe se tratar ainda de lide administrativa, sem interferência do Judiciário, destacamos sua importância.

- Auto de Infração nº 99.78026-002 – a SEFAZ notificou a Companhia para a falta de recolhimento do ICMS da subclasse Baixa Renda, porém, relativa ao período de 2003 a 2005, sendo argüida perante a autoridade administrativa preliminar de decadência, desta vez, referente ao período de janeiro a maio de 2003. Defesa apresentada em 29.07.20707. A 2ª Câmara do Conselho acolheu a preliminar de decadência referente ao período de janeiro a junho/2003, conforme Acórdão nº P-289/2011 de 01.12.2011.
- Interpusemos Recurso Especial Administrativo junto a SEFAZ, porém o resultado do julgamento foi mantido, não existindo mais qualquer recurso administrativo.
- Diante da situação apresentada, ajuizamos Ação Anulatória de Lançamento Fiscal com pedido de antecipação de tutela, que tomou o número 0703653-52.2011.8.02.0001 e tramita na 17ª Vara Cível de Maceió-AL. A antecipação de tutela foi negada, decisão contra a qual interpusemos recurso de agravo de instrumento.

**Imposto sobre transmissão causa mortis e doação**

Imposto cobrado pela Secretaria Executiva da Fazenda quando do recebimento de bens, a título de doações, feitas por consumidores.

- Auto de Infração nº 062052, lavrado em 22/11/2004 – período cobrado: meses de janeiro, junho, setembro, outubro, novembro e dezembro de 1998 – Processo 1500.33881/2004. Defesa apresentada em 17/12/2044. Como não existe previsão legal para os exercícios de 199 a 2003, conforme Decisão nº 15.723/08, conclui-se que o mesmo se aplica ao exercício de 1998, portanto, considerado improcedente. Aguardando julgamento. Valor corrigido em dezembro de 2011 R\$ 714 mil. Pendente de julgamento administrativo.
- Auto de Infração nº 062057, lavrado em 22/11/2004 – período cobrado: de fevereiro a dezembro de 1999; janeiro, março, abril, junho, julho, agosto, novembro e dezembro de 2000; exercício de 2001; de fevereiro a dezembro de 2003; janeiro, fevereiro, março, abril, junho, julho, agosto, setembro de 2004 – Processo 1500.34028/2004 – Defesa apresentada em 17/12/2004, o referido auto foi considerado parcialmente procedente – por falta de previsão legal de alíquota para os exercícios de 1999 a 2003, considerado

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**em 31 de dezembro de 2011**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

apenas o ano de 2004. Nova defesa apresentada ao Conselho de contribuinte em 17/10/2008. A Companhia efetuou depósito em juízo em 02/07/2010. Valor corrigido em dezembro de 2011 R\$ 338 mil. A exigibilidade do crédito tributário está suspensa em razão do depósito judicial realizado. Processo pendente de prolação de sentença.

**Prefeitura Municipal de Marechal Deodoro – AL**

- Auto de Infração nº 463/2010 ocorreu sob a alegação de que a Companhia teria deixado de recolher ou recolhido a menor o Imposto sobre Serviços (ISS). Pedido de impugnação em razão de falhas na apuração do valor devido, e adequação do auto ao valor realmente devido, no total de R\$ 10.

**25. OUTROS**

	31.12.2011		31.12.2010		01.01.2010	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Consumidores	(a) 667	3.305	676	3.305	370	3.316
Contribuição patrocinadora	967		706		703	
Cauções em garantia	418		835		852	
Programa de redução consumo de energia elétrica	2.409		2.409		2.410	
Folha de pagamento	(b) 7.929		5.652		5.722	
Multas ANEEL e ARSAL	(c) 6.021		7.331		1.963	
Programa de demissão incentivada	(d)				8.067	
Encargos tarifários	517		522			
Provisão fatura auxílio alimentação	2.724					
Outros	1.341	981	4.783	980	6.674	981
	<b>22.993</b>	<b>4.286</b>	<b>22.914</b>	<b>4.285</b>	<b>26.761</b>	<b>4.297</b>

**a) Consumidores**

Referem-se a pagamento em duplicidade de contas de energia pelos consumidores, e participação financeira do consumidor em obras.

**b) Folha de pagamento**

O detalhamento desta conta está assim composto:

	31.12.2011	31.12.2010	01.01.2010
Folha de pagamento	4.059	2.652	2.315
Tributos e contribuições retidos na fonte	1.862	1.458	1.311
Consignações	2.008	1.542	2.096
	<b>7.929</b>	<b>5.652</b>	<b>5.722</b>

**c) Multas ARSAL e ANEEL**

A Companhia foi autuada pela ANEEL em decorrência de procedimentos irregulares ocasionados por descumprimento às resoluções vigentes que regulam o setor.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**em 31 de dezembro de 2011**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

As multas estão assim detalhadas:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>01.01.2010</u>	<u>Descrição</u>
AI 002/2006				558 Fiscalização Técnico Comercial - TE 001/2008 - advertênc
AI 028/2008				120 Fiscalização Econômica Financeira de 2005 - estornado em 2010
AI 004/2009				585 Fiscalização Técnico Comercial
AI 079/2009		3.426		Fiscalização Técnico Comercial, valor pago em 12.05.2011
AI 118/2010		327		Metas mensais dos índices INS, lab e ICO, referente aos meses de set, out e nov de 2009, valor pago em 03.06.2011
AI 001/2004	1.727	1.156		700 Fiscalização Técnico Comercial estornado em 2010
AI 001/2009		753		Fiscalização Técnico Comercial, valor pago em 06.10.2011
AI 002/2009		31		Metas universalização e LPTD, valor pago em 03.06.2011
AI 001/2010		443		Certificação do processo de apuração e cálculo dos indicadores de Continuidade individuais e coletivos. valor pago em 13.10.2011
AI 002/2010	649	1.195		Fiscalização dos indicadores de continuidade (DIC, FIC e DMIC) dos anos de 2006, 2007 e 2008.
AI 001/2011	2.733			Fiscalização Técnico Comercial ano 2011
AI 002/2011	912			Metas mensais dos índices INS, lab e ICO, referente ao exercício de 2010
	<u>6.021</u>	<u>7.331</u>	<u>1.963</u>	

**d) Programa de demissão incentivada**

O Programa proposto pela Diretoria Executiva, na forma da Resolução nº 68/2008, de 29 de setembro de 2008, pelo Conselho de Administração, conforme Deliberação CA nº 09/2008, de 14 de outubro de 2008, e pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos termos do Ofício nº 412/2009/MP/SE/DEST, de 25 de maio de 2009.

**26. ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL - AFAC**

Referem-se a aporte de recursos pela Eletrobras e que são atualizados monetariamente até a efetiva capitalização no montante de R\$ 97.354 (2010 – R\$ 7.485).

Em 2010 houve aporte para liquidação de débitos com compra de energia, cobertura de déficit operacional e capital de giro no montante de R\$ 242.738.

Em 17 de dezembro de 2010, através da Assembléia Geral Ordinária os valores dos adiantamentos foram capitalizados no valor de R\$ 525.484, e o saldo dos adiantamentos corrigidos e não integralizados passou a ser novo AFAC.

Em 14 de abril de 2011, através da Resolução 0309/2011, foi aprovado o adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$ 89.000 para cobertura de déficit operacional de caixa em caráter emergencial, ficando assim a composição dos AFAC's:

<u>Adiantamentos</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>01.01.2010</u>
Res. 105/2044 de 16.02.2004			10.970
Res. 401/2002 de 20.06.2002			28.161
Res. 402/2002 de 20.06.2002			21.355
Res. 624/2003 de 11.09.2003			105.752
Saldo corrigido Res. 105/2004 de 16.02.2004	2.066	1.852	18.924
Saldo corrigido Res. 394/2005 de 25.05.2005	2.089	1.871	19.127
Saldo corrigido Res. 1706/2005 de 23.08.2005	2.411	2.160	22.079
Saldo corrigido Res. 896/2005 de 04.10.2005	1.788	1.602	16.369
Resolução 309/2011 de 14.04.2011	89.000		282.747
	<u>97.354</u>	<u>7.485</u>	<u>525.484</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**27. CAPITAL SOCIAL**

Na Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 17 de dezembro de 2010, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$ 525.484 mil com os créditos de adiantamento para futuro aumento de capital das Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras.

A composição acionária após a integralização do capital social passou a ser:

	31.12.2011					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quant.*	(%)	Quant.*	(%)	Quant.*	(%)
Eletrobras	516.593	100,00	8.891	100,00	525.484	100,00

\* - quantidades em milhares de ações

As ações ordinárias, na forma nominativa e escritural, têm direito de voto. Às ações preferenciais, conforme estatuto social é assegurado um dividendo mínimo prioritário e cumulativo de 10% ao ano, calculado sobre o valor do capital integralizado, relativo a essa classe de ações.

**28. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO**

**a) Básico**

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	01.01.2010	
	Ordinárias	Preferencias
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	30.875	585
Média ponderada da quantidade de ações básicas	347.349	5.978
10% a mais para dividendos		
Lucro básico por ação	0,09	0,10

  

	31.12.2010	
	Ordinárias	Preferencias
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(43.301)	(820)
Média ponderada da quantidade de ações básicas	516.593	8.891
10% a mais para dividendos		889
Prejuízo básico por ação	(0,08)	(0,09)

  

	31.12.2011	
	Ordinárias	Preferencias
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(44.459)	(842)
Média ponderada da quantidade de ações básicas	516.593	8.891
10% a mais para dividendos		889
Prejuízo básico por ação	(0,09)	(0,09)

**b) Diluído**

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: AFAC. De acordo com o cálculo efetuado pela administração, as ações potenciais são antidiluidoras, pois sua conversão em ações ordinárias e preferenciais diminui o lucro (prejuízo) por ação, portanto, o lucro (prejuízo) por ação diluído é igual ao lucro por ação básico apresentado acima.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**29. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

		<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica	(a)	922.602	813.471
Remuneração do ativo financeiro	(a)	8.805	27.150
Tarifa social de consumidores de baixa renda	(b)	41.348	53.748
Receita de construção	(c)	67.885	60.669
Outras	(d)	9.027	8.372
		<u>1.049.667</u>	<u>963.410</u>
(-) Deduções da receita		<u>(296.870)</u>	<u>(257.413)</u>
Receita operacional líquida		<b><u>752.797</u></b>	<b><u>705.997</u></b>

**a) Fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica**

	<b>Nº de Consumidores</b>		<b>MWh</b>		<b>Valor</b>	
	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Fornecimento e suprimento						
Residencial	840.275	805.236	1.018.464	924.743	402.215	331.363
Industrial	2.677	2.642	474.217	467.648	136.690	122.051
Comercial	52.179	50.305	563.924	530.211	226.603	200.116
Rural	10.033	9.908	153.175	147.680	31.666	28.677
Poder público	8.285	7.928	131.717	127.958	47.212	43.831
Iluminação pública	194	163	136.148	136.058	29.902	27.631
Serviço público	<u>1.050</u>	<u>1.074</u>	<u>172.747</u>	<u>168.549</u>	<u>39.721</u>	<u>36.723</u>
	914.693	877.256	2.650.392	2.502.847	914.009	790.392
Energia de curto prazo (4)					<u>8.593</u>	<u>23.079</u>
					922.602	813.471
Remuneração do ativo financeiro (WACC 5,20%)					8.805	27.150
	<b><u>914.693</u></b>	<b><u>877.256</u></b>	<b><u>2.650.392</u></b>	<b><u>2.502.847</u></b>	<b><u>931.407</u></b>	<b><u>840.621</u></b>

Nestas informações não constam consumo próprio.

**(1) Análise de mercado**

No exercício de 2011, foram incorporados ao sistema 37.451 novas unidades consumidoras, que correspondem a um crescimento de 4,3% em relação a 2010.

As vendas totais de energia elétrica apresentaram um acréscimo de 6% em relação a 2010.

**(2) Perdas elétricas no sistema**

As perdas elétricas totais (técnicas + não técnicas) no sistema de distribuição da Companhia foram de 1.186.515 MWh, correspondendo a 29,95% de toda energia requerida. Em valores relativos, essas perdas passaram de 31,51% em 2010 para 29,95% neste ano, com um decréscimo de 1,56%.

**(3) Reajuste tarifário**

Exercício de 2010 – Através da Resolução Homologatória nº 1.047, de 19 de agosto de 2010, com vigência a partir de 28 de agosto de 2010 a 27 de agosto de 2011, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, homologou o reajuste tarifário de 12,71% (doze vírgula setenta e um por cento), sendo 8,32% (oito vírgula trinta e dois por cento) relativos aos componentes econômicos, e 4,39% (quatro vírgula trinta e nove por cento) relativos aos componentes financeiros adicionais o que levou a um efeito médio de 6,56% (seis vírgula cinquenta e seis por cento). Fixando também as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**em 31 de dezembro de 2011**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(TUSD) e o valor da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE(R\$ 1.623 mil) e do Encargo de Serviço do Sistema – ESS e da Quota Anual da CCC em R\$ 5.167 mil, e Atualizando a da Receita Anual às demais Instalações de Transmissão.

Exercício de 2011 – Através da Resolução Homologatória nº 1.193, de 23 de agosto de 2011, com vigência a partir de 28 de agosto de 2011 a 27 de agosto de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, homologou o reajuste tarifário de 5,16% (cinco vírgula dezesseis por cento), sendo 5,74% (cinco vírgula setenta e quatro por cento) relativos aos componentes econômicos, e -0,58% (negativo zero vírgula cinquenta e oito por cento) relativos aos componentes financeiros adicionais o que levou a um efeito médio de 1,15% (um vírgula quinze por cento). Fixando também as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e o valor da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE (R\$ 1.687 mil) e do Encargo de Serviço do Sistema – ESS e Quota anual da CCC (R\$ 34.181 mil), e Atualizando a da Receita Anual às demais Instalações de Transmissão.

**Quadro demonstrativo (não auditado):**

Participação no IRT	Período 28/08/2011 a 27/08/2012		Período 28/08/2010 a 27/08/2011	
	R\$	Participação na Receita (%)	R\$	Participação na Receita (%)
Receita Anual	693.954		596.914	
Encargos setoriais	79.497	1,76	63.659	3,29
Custos com Transporte de Energia	45.742	0,48	39.159	0,36
Compra de Energia	302.158	0,73	279.067	2,86
	427.397	2,97	381.885	6,51
Remuneração bruta de capital - Parcela	306.388	2,77	264.671	1,81
Receita requerida total econômico	733.785	5,74	646.556	8,32
Componentes financeiros	(9.870)	(1,35)	2.020	0,31
CVA e neutralidade	(17.144)	(2,34)	12.487	1,93
Subsídios tarifários	22.775	3,10	13.891	2,15
Total dos componentes financeiros	(4.239)	(0,58)	28.398	4,39
Receita requerida total	729.546	5,16	674.954	12,71
Efeito tarifário médio		1,15		6,56

**(4) Energia de curto prazo – Câmara de Comercialização de Energia (CCEE)**

Os montantes de receitas faturadas pelas concessionárias que tiveram excedente de energia, comercializados no âmbito da CCEE. A Companhia efetuou comercialização de energia de curto prazo a seguir demonstrado:

	MWh		Valores	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Venda	<b>273.009</b>	<b>138.188</b>	<b>8.593</b>	<b>23.079</b>

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**em 31 de dezembro de 2011**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**b) Tarifa social de consumidores de baixa renda**

As subvenções econômicas do subsídio da baixa renda a ser ressarcida pelo fundo da CDE administrado pela Eletrobras são reconhecidas no resultado pelo regime de competência. No exercício de 2011 houve uma redução de 23,76% em relação a 2010, face as novas regras homologadas pela ANEEL através da Resolução nº 945/2010 e Resolução Normativa nº 426/2011. Saldo em 2011 - R\$ 41.348 (2010 - R\$ 53.748).

**c) Receita e custo de construção**

O ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Procedimentos Técnicos CPC 17 - Contrato de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (ii) toda receita de construção esta relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infra-estrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. Os saldos de receita e custo de construção correspondem a R\$ 67.885 em 2011 (2010 - R\$ 60.669), respectivamente.

**d) Outras receitas**

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Renda da prestação de serviços	51	17
Arrendamentos e aluguéis	3.103	3.666
Serviço taxado	2.659	2.041
Cobranças diversas - consumidores	791	386
Taxa de administração cobrança CIP	1.706	1.540
Outras	717	722
	<b>9.027</b>	<b>8.372</b>

**30. DEDUÇÕES DA RECEITA**

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Tributos e Contribuições sobre a Receita		
ICMS sobre venda de energia elétrica	(190.294)	(168.218)
COFINS	(41.256)	(37.643)
PASEP	(8.957)	(8.172)
	<b>(240.507)</b>	<b>(214.033)</b>
Encargos do consumidor		
Quota para a Reserva Global de Reversão - RGR	(10.830)	(6.207)
Encargos do consumidor - PEE	(3.211)	(3.113)
Encargos do consumidor - CDE	(5.679)	(5.095)
Encargos do consumidor - CCC	(31.453)	(23.851)
Encargos do consumidor - P&D	(3.211)	(3.113)
Outros encargos	(1.979)	(2.001)
	<b>(56.363)</b>	<b>(43.380)</b>
	<b>(296.870)</b>	<b>(257.413)</b>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**31. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA**

**(1) Energia elétrica comprada para revenda**

	<u><b>31.12.2011</b></u>	<u><b>31.12.2010</b></u>
Borborema	1.410	
Cemig	11.635	11.134
Cdsa	884	839
Ceee	4.535	4.306
Cesp	24.328	23.589
Chesf	47.619	45.190
Copel	21.414	20.163
Duke Energy	17.763	16.857
Eletronorte	48.602	46.059
Emae	1.856	1.703
Energest	1.420	1.348
Epasa	2.529	
Furnas	73.572	70.651
Light	5.273	5.003
Tractabel	6.826	6.477
Petrobrás	4.107	4697
Proinfa	9.474	14.340
Cgtee	2.571	2.053
CCEE curto prazo	1.016	4.052
CCEE disponibilidade ACR	2.549	8.035
Contratação energia de reserva	2.818	2.388
MCS D	67.253	43.955
Outros	17.014	9.493
	<u><b>376.468</b></u>	<u><b>342.332</b></u>

A seguir, demonstramos o montante de energia elétrica comercializada pela Companhia.

	<b>MWh (não auditado)</b>	
	<u><b>31.12.2011</b></u>	<u><b>31.12.2010</b></u>
Energia Contrato Leilão - CCEAR 2005	1.869.438	1.808.784
Energia Contrato Leilão - CCEAR 2006	916.382	819.829
Energia Contrato Leilão - CCEAR 2007	802.123	782.416
Energia Contrato Leilão - CCEAR 2008	131.663	101.956
Energia Contrato Leilão - CCEAR 2009	136.299	115.245
Energia Contrato Leilão - CCEAR 2010	187.568	192.900
Energia Contrato Leilão - CCEAR 2011	68.970	
Proinfa	65.763	66.236
CCEE		34.635
	<u><b>4.178.206</b></u>	<u><b>3.922.001</b></u>

Compra de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE - No exercício de 2011 e no exercício de 2010, a Companhia efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da CCEE, a seguir demonstrado:

	<b>MWh</b>		<b>Valores</b>	
	<u><b>31.12.2011</b></u>	<u><b>31.12.2010</b></u>	<u><b>31.12.2011</b></u>	<u><b>31.12.2010</b></u>
CCEE Compra		<b>34.635</b>	<b>1.016</b>	<b>4.052</b>



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**(2) Encargos de uso do sistema de distribuição**

	<b><u>31.12.2011</u></b>	<b><u>31.12.2010</u></b>
Partes relacionadas	21.149	20.774
Terceiros	24.911	23.550
	<b><u>46.060</u></b>	<b><u>44.324</u></b>

De acordo com o Despacho nº 1.618, de 23 de abril de 2008, deverá ser realizada a transferência de receita para atividade de distribuição, adotando para fins de valoração uma única Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSD média.

**32. CUSTO DE OPERAÇÃO**

	<b><u>31.12.2011</u></b>	<b><u>31.12.2010</u></b>
Pessoal	(110.404)	(102.571)
Material	(2.338)	(3.041)
Serviços de terceiros	(40.167)	(30.662)
Depreciação e amortização	(14.444)	(14.941)
Arrendamentos e aluguéis	(2.893)	(2.942)
Seguros	(23)	(22)
Tributos	(1.530)	(1.280)
Doações	(106)	(118)
(-) Recuperação de despesas	1.327	1.034
Outros	(5.204)	(5.122)
	<b><u>(175.782)</u></b>	<b><u>(159.665)</u></b>

**33. DESPESAS OPERACIONAIS**

	<b><u>31.12.2011</u></b>	<b><u>31.12.2010</u></b>
Pessoal	(53.043)	(38.877)
Material	(325)	(464)
Serviços de terceiros	(36.558)	(32.151)
Taxa de fiscalização	(1.649)	(1.777)
Depreciação e amortização	(1.002)	(852)
Arrendamentos e aluguéis	(522)	(324)
Seguros	(656)	(778)
Tributos	(277)	(310)
Doações	(20)	(19)
Provisões líquidas	(47.849)	(64.987)
Outros	(7.970)	(9.401)
	<b><u>(149.871)</u></b>	<b><u>(149.940)</u></b>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**34. GASTOS OPERACIONAIS**

Ref.	31.12.2011				31.12.2010			
	Custo do Serviço de E. Elétrica e Prestados a Terceiros	Despesas com Vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo do Serviço de E. Elétrica e Prestados a Terceiros	Despesas com Vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Custos e despesas operacionais								
Pessoal (1)	(110.404)		(52.870)	(163.274)	(102.571)		(38.714)	(141.285)
Administradores			(173)	(173)			(163)	(163)
Material (2.338)			(325)	(2.663)	(3.041)		(464)	(3.505)
Serviço de terceiros (2)	(40.167)	(17.565)	(18.993)	(76.725)	(30.662)	(8.805)	(23.346)	(62.813)
Custo de construção (67.885)				(67.885)	(60.669)			(60.669)
Taxa de fiscalização			(1.649)	(1.649)			(1.777)	(1.777)
Energia comprada para revenda (3)	(376.468)			(376.468)	(342.332)			(342.332)
Encargos de uso do sist. Transmissão (4)	(46.060)			(46.060)	(44.324)			(44.324)
Depreciação e amortização (14.444)			(1.002)	(15.446)	(14.941)		(852)	(15.793)
Arrendamentos e alugueis (2.893)			(522)	(3.415)	(2.942)		(324)	(3.266)
Seguros (23)			(656)	(679)	(22)		(778)	(800)
Tributos (1.531)			(277)	(1.808)	(1.280)		(310)	(1.590)
Doações (106)			(20)	(126)	(118)		(19)	(137)
(-) Recuperações de despesas 1.327				1.327	1.034			1.034
(-) Reversão custos MCPSE (2.628)				(2.628)				
Provisões líquidas (5)		(30.476)	(17.373)	(47.849)		(39.949)	(25.038)	(64.987)
Outros (2.575)		(4.374)	(3.596)	(10.545)	(5.122)	(8.336)	(1.065)	(14.523)
	(666.195)	(52.415)	(97.456)	(816.066)	(606.990)	(57.090)	(92.850)	(756.930)

**(1) Pessoal**

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Remuneração	70.980	57.579
Encargos sociais	27.675	23.258
Auxílio alimentação	15.150	11.366
Convênio assistencial	9.457	5.341
Entidade de previdência privada - FACEAL	6.284	3.419
Provisões para férias e 13º salário e respectivos encargos	32.174	29.591
Benefício pós-emprego	(8.218)	(3.716)
Participação no resultado/Abono	12.375	11.171
Outros	(2.603)	3.276
	<b>163.274</b>	<b>141.285</b>

Variação decorrente de acordo coletivo: reajuste do salário, implantação do Plano de Carreira e outros benefícios.

**Participação no resultado:**

A Companhia, com base na Lei nº 10.101/00 e art. nº 189 da Lei nº 404/76, acorda metas operacionais e financeiras mantendo um programa de Participação nos Lucros e Resultados do grupo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**(2) Serviço de terceiros**

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Serviços de manutenção	6.479	4.333
Corte e religação	3.826	2.522
Serviços comerciais	28.119	21.014
Vigilância	5.494	5.272
Manutenção e desenvolvimento de software	2.501	2.457
Transportes, hospedagem e alimentação	4.014	5.612
Telecomunicações	4.194	6.060
Combate a inadimplência e as perdas	10.301	6.214
Limpeza e conservação	1.977	1.392
Manutenção e reparo de veículos, móveis e equipamer	1.006	2.254
Honorários advocatícios	1.201	1.276
Outros	7.613	4.407
	<b>76.725</b>	<b>62.813</b>

**(3) Provisões líquidas**

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Trabalhistas	11.110	18.206
Perdas em estoque	1.573	
Cíveis	6.262	6.832
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	28.904	39.949
	<b>47.849</b>	<b>64.987</b>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**35. RESULTADO FINANCEIRO**

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
<b>Receitas</b>		
Renda de aplicações financeiras	1.326	650
Variação monetária - parcelamento	8.181	6.320
Variação monetária - depósito judicial	(417)	3.650
Variação monetária - conta de energia	10.685	
Variação monetária - energia livre	6	5.553
Variação monetária - outras	1.763	609
Acréscimo moratórios conta de energia	39.653	37.412
Juros sobre parcelamentos	7.642	6.979
Outras	164	268
	<b>69.003</b>	<b>61.441</b>
<b>Despesas</b>		
Encargos de dívidas (líq. transferências p/intangível e financeiro)	(26.755)	(17.959)
Variação monetária - fornecedores	(240)	(1.547)
Variação monetária - financiamentos e empréstimos	(2.400)	(2.683)
Variação monetária - taxa de câmbio	(113)	45
Variação monetária - AFAC	(869)	(7.485)
Variação monetária - PEE e P&D	(1.296)	(1.299)
Variação monetária - energia livre	(315)	(4.894)
Variação monetária - outros	(35)	(82)
Variação monetária - FACEAL	(2.634)	(2.905)
Juros ICMS baixa renda	(1.170)	(1.615)
Juros e taxa de administração - FACEAL	(1.095)	(293)
Outras despesas financeiras - multas ANEEL/ARSAL	(2.739)	(5.520)
Outras despesas financeiras - devolução aos consumidores	(6.037)	(4.092)
Outras despesas financeiras - IOF	(2.285)	(2.404)
Multas moratórias	(404)	(409)
Outras	(2.648)	(1.487)
	<b>(51.035)</b>	<b>(54.629)</b>
	<b>17.968</b>	<b>6.812</b>

Variação monetária em conta de energia - Em cumprimento a Resolução 414/2010 de 09 de setembro de 2010 que estabelece as condições gerais de fornecimento de energia elétrica de forma atualizada e consolidada, e em seu Art. 136 determina que fica facultada a cobrança de atualização monetária com base na variação do IGP-M. Esta cobrança começou a ser contabilizada a partir de maio de 2011 retroativa a janeiro de 2011.

Encargos de dívidas - Do valor provisionado estão incluídas os valores da capitalização dos contratos com a Eletrobras que estão no período de carência (2011 - R\$ 743 e 2010 - R\$ 448)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**36. CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES**

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
<b>Atividades Operacionais</b>		
Prejuízo do exercício	(45.301)	(44.121)
Ajustes de		
Depreciação e amortização	15.446	15.793
Provisões líquidas	47.849	64.987
Benefício pós-emprego	(8.218)	(3.716)
Resultado financeiro	17.968	6.812
Amortização de parcelamentos fiscais e atualização monetária	(7.981)	(5.830)
Outras	10.546	14.523
	<u>75.610</u>	<u>92.569</u>
Variações nos ativos e passivos		
Clientes	(101.458)	(68.768)
Tributos e contribuições sociais	(1.230)	4.418
Direito de ressarcimento	2.256	(265)
Almoxarifado	(922)	(1.171)
Outros créditos	4.715	1.512
Cauções e depósitos vinculados	(1.282)	412
Fornecedores	(12.107)	18.780
Obrigações de ressarcimento	4.450	6.329
Tributos e contribuições sociais	7.069	1.500
Benefício pós-emprego	(5.194)	(4.650)
Obrigações estimadas	1.053	1.101
Encargos setoriais	4.262	4.898
Pesquisa e desenvolvimento	(11.555)	531
Outros passivos	(2.659)	(9.379)
Outras	(4.137)	(1.111)
	<u>(116.739)</u>	<u>(45.863)</u>
<b>Caixa gerado (usado) nas atividades operacionais</b>	<b><u>(86.430)</u></b>	<b><u>2.585</u></b>

**37. PLANO NACIONAL DE UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO E USO DE ENERGIA ELÉTRICA**

A Resolução ANEEL nº 223, de 29.04.2003, alterada pela Resolução nº 52, de 25.03.2004, estabeleceu as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras, ou aumento de carga, regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438, de 26.04.2002, e fixou as responsabilidades das concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica.

A Lei nº 10.762, de 11.11.2003, alterou a prioridade de atendimento aos municípios, dando ênfase aos com menor índice de eletrificação e limitou esse atendimento a apenas novas unidades, ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3 kV), com carga instalada de até 50 kW.

**a) Programa Luz para Todos**

O Decreto Presidencial nº 4.873, de 11.11.2003, instituiu o Programa Luz para Todos, destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público.

Com a publicação do Decreto nº 7.324, de 05/10/2010, o Programa Luz para Todos foi estendido até dezembro de 2011 para que os contratos de financiamento firmados e que estivessem em tramitação fossem concluídos. Posteriormente, através dos Decretos nºs 7.520 e 7.656, de 08/07/2011 e 23/12/2011, respectivamente, o programa foi estendido até 2014.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**em 31 de dezembro de 2011**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 2011, a Companhia eletrificou 2.285 domicílios rurais, totalizando 88.229 no período 2004/2011, ou seja, 104,2% da meta de 84.864 ligações (realizado 88.090 ligações).

Para garantir o andamento do Programa, a Companhia vem realizando vários investimentos no sistema de Transmissão e Distribuição, onde já foram reformados 1.208,59 km de linhas de Distribuição (Reforço de Rede). Além disso, foram instalados Reguladores de Tensão e Banco de Capacitores. As obras de Reforço de Rede trazem vários benefícios como à melhoria da qualidade do fornecimento e confiabilidade, além da redução das perdas no Sistema Elétrico da Eletrobras Distribuição Alagoas.

	<b>Não Auditado</b>						
	<b>1ª</b>	<b>2ª</b>	<b>3ª</b>	<b>4ª</b>	<b>5ª</b>	<b>6ª</b>	<b>7ª</b>
	<b>Tranche</b>	<b>Tranche</b>	<b>Tranche</b>	<b>Tranche</b>	<b>Tranche</b>	<b>Tranche</b>	<b>Tranche</b>
	<b>ECFS</b>	<b>ECFS</b>	<b>ECFS</b>	<b>ECFS</b>	<b>ECFS</b>	<b>ECFS</b>	<b>ECFS</b>
	<b>004/04,</b>	<b>107/05,</b>	<b>171/07,</b>	<b>196/07,</b>	<b>242/08,</b>	<b>250/09,</b>	<b>311/10,</b>
	<b>de</b>	<b>de</b>	<b>de</b>	<b>de</b>	<b>de</b>	<b>de</b>	<b>de</b>
	<b>27/05/04</b>	<b>14/12/05</b>	<b>28/02/07</b>	<b>07/11/07</b>	<b>04/12/08</b>	<b>21/08/09</b>	<b>09/11/10</b>
Recursos							
Eletrobras CDE	20.482	37.574	51.084	34.989	58.926	60.996	35.463
Eletrobras RGR	5.120	9.394	12.771	8.747	14.731	13.071	7.599
Empresa	<u>12.863</u>	<u>8.288</u>	<u>11.269</u>	<u>7.718</u>	<u>12.998</u>	<u>13.071</u>	<u>7.599</u>
	<u>38.465</u>	<u>55.256</u>	<u>75.124</u>	<u>51.454</u>	<u>86.655</u>	<u>87.138</u>	<u>50.661</u>
Ingressos de recursos							
Eletrobras CDE	26.673	24.662	45.976	31.490	53.033	42.698	31.917
Eletrobras RGR	<u>6.668</u>	<u>6.165</u>	<u>11.494</u>	<u>7.873</u>	<u>13.258</u>	<u>9.150</u>	<u>6.839</u>
	<u>33.341</u>	<u>30.827</u>	<u>57.470</u>	<u>39.363</u>	<u>66.291</u>	<u>51.848</u>	<u>38.756</u>
Gastos incorridos							
CDE, RGR e Empresa	33.813	55.134	67.658	36.262	66.320	74.757	25.174
Ingressos (devoluções) a realizar							
Recursos devidos	25.602	46.968	63.855	29.069	73.657	74.067	43.062
Recursos recebidos	<u>33.341</u>	<u>30.827</u>	<u>57.470</u>	<u>39.363</u>	<u>66.291</u>	<u>51.848</u>	<u>38.756</u>
	(7.739)	16.141	6.385	(10.294)	7.366	22.219	4.306
Nº de ligações							
Ligações executadas	15.434	10.954	13.147	7.500	14.164	12.184	5.347
Avanço físico (%)	95,23	83,57	81,83	81,98	70,57	71,00	51,00
Ligações em execução							5.653
Ligações totais (acum.)	15.434	26.388	39.535	47.035	61.199	73.383	78.730

### **38. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as controladas e coligadas da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**em 31 de dezembro de 2011**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Encontram-se registrados, na Parte "B" do Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, prejuízos fiscais, sem prazos de prescrição, compensáveis com lucros a serem auferidos futuramente, conforme legislação vigente.

A Companhia tem, ao longo dos anos, apurados valores decorrentes da base de cálculo negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. No quadro abaixo está demonstrado a posição desses créditos:

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Prejuízos fiscais	345.238	276.635
Base negativa de contribuição social	387.712	321.915
	<b>732.950</b>	<b>598.550</b>

### **39. SEGUROS**

A Companhia mantém a cobertura de seguros contra incêndio e para veículos, levando em conta o grau de risco, por montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades, conforme estabelecidas pelas Leis nº 8.666/93, nº 8.987/95 e nº 10.520/02, Decreto nº 5.450/05 e demais legislações aplicáveis:

**a) Riscos nomeados** - seguro com a Itaú Seguros para cobertura de avarias, perdas e danos materiais de origem súbita, imprevista e acidental a equipamentos, maquinismos, ferramentas, móveis e utensílios, e demais instalações que constituem o estabelecimento segurado (prédios e subestações).

**b) Veículos** - seguro da frota para cobertura: danos materiais, danos corporais, morte, invalidez permanente, casco de avarias, perdas e danos materiais de origem súbita, com assistência 24 horas e garantias aos vidros, a preços de cobertura 100% da Tabela FIPE.

**c) Seguro de vida** - seguro contratado com a Itaú Seguros para os funcionários, com coberturas: Indenização especial por morte acidental (I.E.A); Invalidez permanente ou parcial por acidente (I.P.A); Invalidez funcional permanente total por doença e garantia de inclusão de cônjuges.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**40. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, como compra de energia elétrica, operações de empréstimos e financiamentos, pessoal cedido e encargos de uso da rede de distribuição. Todas as outras transações são efetuadas em similaridade com o praticado no mercado.

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
	<b>Ativo (Passivo)</b>	<b>Ativo (Passivo)</b>	<b>Receitas (Despesas)</b>	<b>Receitas (Despesas)</b>
<b>Eletrobras</b>				
Emprést. e financiamentos - encargos	(310.913)	(212.086)	(19.725)	(20.598)
Adiantamento para aumento de capital	(97.354)	(7.485)	(869)	(7.485)
Suprimento de energia e uso da rede		(827)	(9.473)	(11.423)
Pessoal cedido a empresa			(458)	(165)
	<u>(408.267)</u>	<u>(220.398)</u>	<u>(30.525)</u>	<u>(39.671)</u>
<b>CHESF</b>				
Suprimento de energia e uso da rede	(7.175)	(7.379)	(47.619)	(45.190)
Encargos de uso do sistema	(236)	(238)	(13.504)	(11.953)
Pessoal cedido a empresa	64			
Pessoal cedido a CEAL			(304)	(431)
	<u>(7.347)</u>	<u>(7.617)</u>	<u>(61.427)</u>	<u>(57.574)</u>
<b>FURNAS</b>				
Suprimento de energia e uso da rede	(9.082)	(10.009)	(73.572)	(70.635)
Encargos de uso do sistema	(516)	(456)	(4.719)	(4.274)
	<u>(9.598)</u>	<u>(10.465)</u>	<u>(78.291)</u>	<u>(74.909)</u>
<b>CGTEE</b>				
Suprimento de energia	(188)	(576)	(2.571)	(2.055)
<b>ELETRONORTE</b>				
Suprimento de energia e uso da rede	(6.019)	(5.911)	(48.602)	(46.059)
Encargos de uso do sistema	(302)	(290)	(2.926)	(2.422)
	<u>(6.321)</u>	<u>(6.201)</u>	<u>(51.528)</u>	<u>(48.481)</u>
<b>ELETROSUL</b>				
Suprimento de energia	(46)	(13)		(190)
Encargos de uso do sistema	(67)	(225)	(2.430)	(2.125)
Pessoal cedido a empresa	(23)	(31)	(607)	(437)
	<u>(136)</u>	<u>(269)</u>	<u>(3.037)</u>	<u>(2.752)</u>
<b>AMAZONAS ENERGIA</b>				
Pessoal cedido a empresa			(279)	(187)
			<u>(279)</u>	<u>(187)</u>
<b>BOA VISTA ENERGIA</b>				
Pessoal cedido a empresa			(48)	
			<u>(48)</u>	
<b>DISTRIBUIÇÃO PIAUÍ</b>				
Pessoal cedido à ED PIAUÍ	140			
	<u>140</u>			
	<u>(431.717)</u>	<u>(245.526)</u>	<u>(227.706)</u>	<u>(225.629)</u>

Os principais negócios entre as partes relacionadas são:

**a) Contrato de conexão do sistema de transmissão (CUST)**

Chesf – Contrato nº 090/2002, de 31.12.2002 – Termo aditivo nº 11 de 26.11.11, com vigência até a extinção da concessão, corrigido anualmente pela regulamentação da ANEEL.



**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**em 31 de dezembro de 2011**

**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

**b) Contrato de conexão do sistema de transmissão (CCT)**

CHESF:

- CCT nº 14/02/2000 – 2º Termo aditivo em 02.12.2011 - Subestação de Maceió Chesf;
- CCT nº 001/2007 – Subestações: Abaixadora, Angelim, Moxotó, Penedo, Xingó e Zumbi;
- CCT nº 006/2010 – 2º Termo aditivo em 02.12.2011 – Subestações: Penedo e Maceió;
- CCT nº 2000/027/00 – 5º Termo aditivo em 02.12.11 – Subestações: Angelim, Penedo, Rio Largo, Xingó, Zebú.

Todos com vigência a partir da assinatura, permanecendo até a extinção da concessão da distribuidora ou da transmissora, o que ocorrer primeiro.

**c) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), promovidos e regulamentados pela ANEEL**

CHESF:

- CT nº 74/2004 – produto 2005/2012;
- CT nº 451/2004 – produto 2006/2013;
- CT nº 762/2004 – produto 2007/2014; e
- CT nº 1149/2005 – produto 2008/2015.

Eletronorte:

- CT nº 176/2004 – produto 2005/2012;
- CT nº 556/2004 – produto 2006/2013;
- CT nº 855/2004 – produto 2007/2014;
- CT nº 1217/2005 – produto 2008/2015; e
- CT nº 1013/2005 – produto 2008/2015.

Furnas:

- CT nº 278/2004 – produto 2005/2012;
- CT nº 661/2004 – produto 2006/2013;
- CT nº 917/2004 – produto 2007/2014;
- CT nº 2806/2005 – produto 2010/2039; e
- CT nº 1793/2005 – produto 2010/2039.

Cqtee:

- CT nº 1115/2005 – produto 2008/2015; e
- CT nº 2683/2005 – produto 2010/2024.

Eletrosul:

- CT nº 2747/2005 – produto 2010/2039; e
- CT nº 4460/2011 – produto 2011/2040.

**41. REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES**

A maior e menor remuneração, para empregados da Companhia, tomando-se por base o mês de dezembro de 2011, foi de R\$ 23.099,43 e R\$ 1.118,04 (em 2010, R\$ 17.534,18 e R\$ 640,34, respectivamente). O salário médio e a remuneração média foram de respectivamente, de R\$ 1.943,29 e R\$ 3.800,89 (em 2010, R\$ 1.571,59 e R\$ 2.934,91 respectivamente).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**42. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE**

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros. A remuneração referente a salários e encargos pago ou a pagar está demonstrada a seguir:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Honorários de conselheiros	172	163
Encargos sociais	34	33
	<u>206</u>	<u>196</u>

**43. TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL (Não auditado)**

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Empregados treinados (nº)	1.722	2.260
Homem hora treinados (h)	51.645	89.269
Média hora de treinamentos (h)	3,60	2,89
Índice de empregados treinados (%)	130,95	182,41
Força de trabalho treinada (%)	65,38	93,97
Investimento total (R\$ mil)	1.305	2.023
Valor médio investido por empregado (R\$)	757,58	895,01

**44. LEILÃO DE ENERGIA**

A Companhia participou do 12º e 13º leilões de energia elétrica de novos empreendimentos de geração, realizados respectivamente em agosto e dezembro, pela CCEE, que teve por finalidade garantir suprimento complementar de energia para os exercícios de 2014 e 2012, respectivamente, porém não adquiriu energia nestes leilões, pois declarou nula sua necessidade de compra para o MME.

	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>Após 2015</u>
Contrato de Compra e Venda de Energia - CCEAR						
Valores em MWH ( <b>não auditado</b> )	4.178.206	4.599.627	5.652.541	5.716.480	6.045.037	6.308.085
Tarifa média de compra 2005/08	91,21	92,31	99,51	99,07	99,13	98,06
Valores (R\$ mil)	381.094	424.592	562.484	566.332	599.245	618.571

**45. QUESTÕES AMBIENTAIS**

A Companhia desenvolve ações de conscientização relativas à preservação ambiental e responsabilidade pública através da Assessoria de Responsabilidade Social criada em 2009, destacando-se:

- Palestras de orientação aos plantadores de cana de açúcar, com distribuição da cartilha "Prevenção de Queimadas", com informações sobre os fatores que afetam o comportamento do fogo, tipos de incêndio, motivos da proibição, as principais recomendações para a realização de queimadas e as condições impostas pela lei de Crimes Ambientais;
- Redução de 11% na emissão de gases efeito estufa (CO2) no ano de 2011 na gestão de frotas de veículos.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**em 31 de dezembro de 2011**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

O licenciamento ambiental é um instrumento que regulariza a instalação de empreendimentos, seguindo as diretrizes de proteção ambiental, são eles:

- Licença de operação nº 026/2009, abrangendo as subestações e linhas de transmissão em 69KV – Pinheiro/Centro;
- Licença de operação nº 10/2010, abrangendo a linha de transmissão em 69KV – Penedo/São Sebastião;
- Projeto paisagístico da SE Stella Maris;
- Licença de instalação nºs 041 e 042/2011 – LD Tabuleiro/Braskem;
- Licença de instalação nº 084/2011 – LD Zebu/Delmiro;
- Licença de instalação nº 082/2011 – LD Curralinho/Arapiraca;
- Licença de instalação nº 083/2011 – LD Arapiraca I e II;
- Licença de instalação nº 058/2011 – LD e SE Stella Maris.

#### **46. COMPROMISSOS**

Os compromissos de longo prazo da Companhia, relacionados a contratos de compra de energia elétrica são:

	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>Após 2015</b>
Contrato de Compra e Venda de Energia - CCEAR						
Valores em MWH ( <b>não auditado</b> )	4.178.206	4.599.627	5.652.541	5.716.480	6.045.037	6.308.085
Valores (R\$ mil)	381.094	424.592	562.484	566.332	599.245	618.571

#### **47. EVENTOS SUBSEQUENTES**

##### **Revisão do tempo de vida útil de bens – novas taxas de depreciação**

Em 16 de fevereiro de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 474/2012 que estabelece novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado do Setor Elétrico, taxas estas adotadas pela Companhia para fins societários, por representar adequadamente a vida útil dos bens.

Tais alterações passam a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2012 e trazem mudanças em relação às últimas estimativas de vida útil e taxas de depreciação adotadas até 31 de dezembro de 2011, para o ativo imobilizado em serviço.

A seguir, as principais revisões nas taxas anuais de depreciação:

	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>Diferença</b>
Comercialização/ Administração			
Edificação	4,00%	3,33%	0,67%
Veículos	20,00%	14,29%	5,71%
Equipamentos gerais	10,00%	6,25%	3,75%

Como consequência, a redução do prejuízo societário da Companhia em 2012, será da ordem de R\$ 3.132, e estão a seguir demonstrados:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Efeito no resultado das novas taxas de depreciação</b>	<b>Em R\$ mil</b>
No Balanço Regulatório	
Redução das despesas com depreciação	(5.910)
Aumento de imposto de renda e contribuição social a pagar	
Efeito líquido no resultado regulatório em 2012	(5.910)
No Balanço Societário	
Redução das despesas com depreciação	(3.132)
Aumento de imposto de renda e contribuição social a pagar	
Efeito líquido no resultado societário em 2012	(3.132)

**3º Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas (RT)**

A ANEEL aprovou as novas regras para o 3º Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas (RT) das tarifas de energia elétrica, conforme Resolução Normativa nº 435 de 24 de maio de 2011, onde define a estrutura dos procedimentos de regulação tarifária – PRORET, que consolida a regulamentação a cerca dos processos tarifários. A companhia teve a primeira revisão tarifária em agosto de 2005 e a segunda em agosto de 2009. A próxima revisão será em agosto de 2013.

O conjunto de mudanças aprovadas impacta diretamente numa parcela da tarifa – Parcela B, que reflete os custos relativos à atividade de distribuição, como, os custos operacionais e os investimentos. Essa a parcela representa 40% da conta de energia do consumidor. A Parcela A é menos gerenciável e se refere aos custos com compra e transmissão de energia elétrica, além dos encargos setoriais.

A revisão tarifária acontece a cada quatro anos é neste momento que os custos são reavaliados, revertendo-se para a modicidade tarifária os ganhos médios de eficiências por elas obtidos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**Maceió, 31 de dezembro de 2011**

**Marcos Aurélio Madureira da Silva**  
Diretor-Presidente

**Ronaldo Ferreira Braga**  
Diretor Financeiro

**Pedro Mateus de Oliveira**  
Diretor de Planejamento e Expansão

**Luis Hiroshi Sakamoto**  
Diretor de Gestão

**Cícero Vladimir de Abreu Cavalcante**  
Diretor de Operação

**Luiz Armando Crestana**  
Diretor Comercial

**Nélisson Sergio Howell**  
Diretor de Assuntos Regulatórios e Projetos Especiais

**Maria dos Praseres L. P. Moreira**  
Departamento de Contabilidade  
CRC 2.731/AI